

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 13/07/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Procuradoria Geral do Estado do Piauí**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de recurso e/ou que deve ser anulada, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 76.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking da **PGE-PI** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/adbbdc19-5be6-4b56-8277-fe7be2d3d2ba>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/9e41a723-3e90-4cc5-98e9-69068acd7d4a>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA –

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

**QUESTÃO 01. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, a alienação dos bens imóveis do estado do Piauí**

- a) é proibida em ano de eleição para governador do estado.**
- b) sempre dependerá de avaliação, ainda que a transferência seja de autarquias ou fundações públicas.**
- c) sempre dependerá da realização de licitação, na modalidade prevista em lei nacional.**
- d) sempre dependerá da realização de licitação, preferencialmente na modalidade concorrência.**
- e) sempre dependerá da realização de licitação, preferencialmente na modalidade tomada de preço.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema alienação dos bens imóveis do estado do Piauí.

A alternativa A está incorreta. Em desconformidade com o artigo 18 § 2º da Constituição do Estado do Piauí: "§ 2º É proibida a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio estadual e de SUO entidades da administração autárquica e fundacional no período de cento e oitenta dias que precede a posse do Governador."

A alternativa B está correta. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, a alienação dos bens imóveis do estado do Piauí sempre dependerá de avaliação, ainda que a transferência seja de autarquias ou fundações públicas, conforme o artigo 18, inciso I da Constituição do Estado do Piauí: "Art. 18. A alienação de bens imóveis do Estado e de suas entidades da Administração indireta dependerá: I- sempre de avaliação;"

A alternativa C está incorreta. Em desconformidade com o artigo 18, inciso III da Constituição do Estado do Piauí: "III - de licitação na modalidade prevista em lei nacional, dispensada essa quando a alienação se destinar a assentamento de fins sociais, regularização fundiária ou a entidade da Administração Pública de qualquer esfera federativa."

A alternativa D está incorreta. Em desconformidade com o artigo 18, inciso III da Constituição do Estado do Piauí: "III - de licitação na modalidade prevista em lei nacional, dispensada essa quando a alienação se destinar a assentamento de fins sociais, regularização fundiária ou a entidade da Administração Pública de qualquer esfera federativa."

A alternativa E está incorreta. Em desconformidade com o artigo 18, inciso III da Constituição do Estado do Piauí: “III - de licitação na modalidade prevista em lei nacional, dispensada essa quando a alienação se destinar a assentamento de fins sociais, regularização fundiária ou a entidade da Administração Pública de qualquer esfera federativa.”

**QUESTÃO 02. Cláudio, secretário de Estado no governo do estado X, cometeu crime comum e Lúcio, também secretário de Estado no mesmo governo, cometeu crime de responsabilidade conexo com o crime de responsabilidade cometido pelo governador do referido estado.**

**Nessa situação hipotética, de acordo com a Constituição do Estado do Piauí, Cláudio e Lúcio serão processados e julgados**

**a) pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, respectivamente.**

**b) pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, respectivamente.**

**c) pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), respectivamente.**

**d) pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.**

**e) pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema processo e julgamento de crime de responsabilidade.

A alternativa A está correta. Cláudio e Lúcio serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, respectivamente. Conforme os artigos 110 e 63, XIII da Constituição Estadual do Piauí: “Art. 110. Os Secretários de Estado, nos crimes comuns, serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça. Parágrafo único. Nos crimes de responsabilidade conexos com os do Governador, os Secretários de Estado serão processados e julgados pela Assembleia Legislativa.” “Art. 63. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa: XIII - processar e julgar o Governador nos crimes de responsabilidade e os Secretários de Estado e o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Procurador-Geral da Defensoria Pública, nos crimes da mesma natureza, conexos com aqueles;”

A alternativa B está incorreta. Cláudio e Lúcio serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, respectivamente.

A alternativa C está incorreta. Cláudio e Lúcio serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, respectivamente.

A alternativa D está incorreta. Cláudio e Lúcio serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, respectivamente.

A alternativa E está incorreta. Cláudio e Lúcio serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, respectivamente.

### **QUESTÃO 03. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), as fundações públicas de direito privado**

**a) podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que impeça tal prestação, prevalecendo a autonomia de cada ente federativo.**

**b) não podem prestar serviços públicos de saúde, dada a existência de modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 segundo o qual não é possível tal prestação.**

**c) podem prestar serviços públicos de saúde se a Constituição do ente federativo previr essa possibilidade, dada a exigência, nesse sentido, do modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988.**

**d) podem prestar serviços públicos de saúde, pois, mesmo havendo um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988, prevalece a autonomia de cada ente federativo.**

**e) não podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que permita tal prestação.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema fundações públicas de direito privado.

A alternativa A está correta. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), as fundações públicas de direito privado podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que impeça tal prestação, prevalecendo a autonomia de cada ente federativo. A alternativa está em conformidade com o entendimento do STF na ADI 4197: “Lei estadual pode autorizar a criação de fundação pública de direito privado para atuar na prestação de serviço público de saúde. STF. Plenário. ADI 4197/SE, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 1º/3/2023.” Nesta ADI o STF fixou a seguinte tese: “É constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde. STF. Plenário. ADI 4197/SE, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 1º/3/2023 (Info 1085).”

A alternativa B está incorreta. As fundações públicas de direito privado podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que impeça tal prestação, prevalecendo a autonomia de cada ente federativo.

A alternativa C está incorreta. As fundações públicas de direito privado podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que impeça tal prestação, prevalecendo a autonomia de cada ente federativo.

A alternativa D está incorreta. As fundações públicas de direito privado podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que impeça tal prestação, prevalecendo a autonomia de cada ente federativo.

A alternativa E está incorreta. As fundações públicas de direito privado podem prestar serviços públicos de saúde, pois não há um modelo de organização administrativa pré-definido pela Constituição Federal de 1988 que impeça tal prestação, prevalecendo a autonomia de cada ente federativo.

**QUESTÃO 04. Lei estadual que determine a obrigatoriedade de as empresas do setor têxtil produzirem peças de vestuário que contenham etiquetas em braile ou qualquer outro meio acessível à compreensão das pessoas com deficiência visual é**

**a) constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência comum da União, dos estados e do Distrito Federal.**

**b) inconstitucional, pois dispõe sobre assunto de competência privativa da União.**

**c) inconstitucional, pois dispõe sobre assunto de competência exclusiva da União.**

**d) constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.**

**e) constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema competência.

A alternativa A está incorreta. A lei é constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal e não de competência comum.

A alternativa B está incorreta. A lei é constitucional.

A alternativa C está incorreta. A lei é constitucional.

A alternativa D está correta. Lei estadual que determina a obrigatoriedade de as empresas do setor têxtil produzirem peças de vestuário que contenham etiquetas em braile ou qualquer outro meio acessível à compreensão das pessoas com deficiência visual é constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. A assertiva está de acordo com o entendimento do STF na ADI 6989: “É constitucional lei estadual que obriga empresas do setor têxtil a identificarem as peças de roupa com etiquetas em braile ou outro meio acessível que atenda as pessoas

com deficiência visual. Essa lei não viola os princípios da livre iniciativa (arts. 1º, IV; e 170, “caput”), da livre concorrência (art. 170, IV), da propriedade privada (art. 170, II) e da isonomia (arts. 5º, “caput”; e 19, III). A norma também não invade a competência privativa da União para legislar sobre comércio interestadual (art. 22, VIII). STF. Plenário. ADI 6.989/PI, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 19/6/2023 (Info 1099).”

A alternativa E está incorreta. A lei é constitucional, pois dispõe sobre assunto de competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, não há de mencionar os municípios. Observe o artigo 24, incisos V e XIV da CRFB: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: V - produção e consumo; XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;”

**QUESTÃO 05. Lei estadual que preveja como atribuição do tribunal de contas do estado o exame prévio da validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público é**

**a) inconstitucional, independentemente do valor do contrato, por falta de previsão na Constituição Federal de 1988 (CF).**

**b) constitucional, pois tal exame é legalmente previsto na fiscalização orçamentária.**

**c) inconstitucional, a depender do valor contratado, por se tratar de fiscalização operacional.**

**d) constitucional, pois tal exame é legalmente previsto na fiscalização contábil.**

**e) constitucional, pois tal atribuição visa à economicidade da fiscalização contábil.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema tribunal de contas.

A alternativa A está correta. Assertiva em conformidade com o entendimento do STF nas ADIs 916 e 7002, respectivamente: Lei estadual que preveja como atribuição do tribunal de contas do estado o exame prévio da validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público é inconstitucional, independentemente do valor do contrato, por falta de previsão na Constituição Federal de 1988 (CF). “EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. TRIBUNAL DE CONTAS. NORMA LOCAL QUE OBRIGA O TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL A EXAMINAR PREVIAMENTE A VALIDADE DE CONTRATOS FIRMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO. REGRA DA SIMETRIA. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO SEMELHANTE IMPOSTA AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. 1. Nos termos do art. 75 da Constituição, as normas relativas à organização e fiscalização do Tribunal de Contas da União se aplicam aos demais tribunais de contas. 2. O art. 71 da Constituição não insere na competência do TCU a aptidão para examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo Poder Público. Atividade que se insere no acervo de competência da Função Executiva. 3. É inconstitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o Poder Público. Ação Direta de Inconstitucionalidade conhecida e julgada procedente. Medida liminar confirmada. (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 916-8 MATO GROSSO: 02/02/2019. RELATOR MIN. JOAQUIM BARBOSA)” “1. É inconstitucional, por ausência de

simetria com as competências do TCU e por afronta à separação de poderes, lei que condicione genericamente o repasse de recursos federais à prévia aprovação de projeto pelo Tribunal de Contas da unidade federativa destinatária das verbas. 2. É inconstitucional, por contrariedade ao art. 70 e incisos da CF/88 e por desrespeito à autonomia federativa, lei federal que atribua aos tribunais de contas estaduais competência para analisar contas relativas à aplicação de recursos federais. STF. Plenário. ADI 7002/PR, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 25/4/2023 (Info 1091).”

A alternativa B está incorreta. A lei é inconstitucional, conforme o entendimento do STF nas ADIs 916 e 7002.

A alternativa C está incorreta. A lei é inconstitucional, independentemente do depender do valor contratado, por se tratar de fiscalização operacional.

A alternativa D está incorreta. A lei é inconstitucional, conforme o entendimento do STF nas ADIs 916 e 7002.

A alternativa E está incorreta. A lei é inconstitucional, conforme o entendimento do STF nas ADIs 916 e 7002.

**QUESTÃO 06. Considerando que a Constituição de determinado estado da Federação preveja o julgamento dos conselheiros do tribunal de contas do estado pela assembleia legislativa, nas hipóteses de crimes de responsabilidade, e o processamento e o julgamento do governador por crime comum pelo STJ mediante autorização prévia da assembleia legislativa, assinale a opção correta.**

**a) A previsão em relação ao julgamento dos conselheiros do tribunal de contas estadual é inconstitucional, ao passo que a previsão em relação ao processamento e julgamento do governador do estado é constitucional**

**b) Ambas as previsões estão de acordo com o previsto na CF.**

**c) Ambas as previsões são inconstitucionais, visto que estão em desacordo com o previsto na CF.**

**d) A previsão em relação ao julgamento dos conselheiros do tribunal de contas estadual é constitucional, ao passo que a previsão em relação ao processamento e julgamento do governador do estado é inconstitucional.**

**e) A previsão em relação ao julgamento dos conselheiros do tribunal de contas estadual é constitucional apenas no que se refere aos crimes comuns, ao passo que a previsão em relação ao processamento e julgamento do governador do estado é inconstitucional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema crime de responsabilidade.

A alternativa A está incorreta. Ambas as previsões são inconstitucionais, visto que estão em desacordo com o previsto na CF.

A alternativa B está incorreta. Ambas as previsões são inconstitucionais, visto que estão em desacordo com o previsto na CF.

A alternativa C está correta. Ambas as previsões são inconstitucionais, visto que estão em desacordo com o previsto na CF. Em relação ao governador o STF na ADI 4764 entendeu que: “É vedado às unidades federativas instituírem normas que condicionem a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) dispor fundamentadamente sobre a aplicação de medidas cautelares penais, inclusive o afastamento do cargo. STF. Plenário. ADI 4777/BA, ADI 4674/RS, ADI 4362/DF, rel. orig. Min. Dias Toffoli, red. p/ o acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 9/8/2017 (Info 872).” Ademais, em relação ao julgamento do conselheiro do Tribunal de Contas, deve ser respeitada a Súmula Vinculante 46 do STF: “Súmula vinculante 46-STF: São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.” É necessário observar o artigo 105, I, a da CF: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;”

A alternativa D está incorreta. Ambas as previsões são inconstitucionais, visto que estão em desacordo com o previsto na CF.

A alternativa E está incorreta. Ambas as previsões são inconstitucionais, visto que estão em desacordo com o previsto na CF.

**QUESTÃO 07. Caso lei estadual estabeleça equiparação remuneratória entre procuradores do estado e delegados de polícia do ente federativo, a legitimidade para propor ação de descumprimento de preceito fundamental perante o STF será**

- a) procurador-geral de Justiça do estado.**
- b) do procurador-geral do Estado.**
- c) da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e do Distrito Federal (ANAPE).**
- d) do secretário de Justiça do estado.**
- e) do delegado-geral de polícia do estado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema ADPF.

A alternativa A está incorreta. A legitimidade para propor ação de descumprimento de preceito fundamental perante o STF será da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e do Distrito Federal (ANAPE).

A alternativa B está incorreta. A legitimidade para propor ação de descumprimento de preceito fundamental perante o STF será da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e do Distrito Federal (ANAPE).

A alternativa C está correta. A legitimidade para propor ação de descumprimento de preceito fundamental perante o STF será da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e do Distrito Federal (ANAPE). O STF decidiu sobre o tema na ADPF 328: "É vedada a vinculação remuneratória de seguimentos do serviço público, nos termos do art. 37, XIII, da Constituição Federal. STF. Plenário. ADPF 328/MA, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 13/11/2020 (Info 999)." Observe que a Associação dos Procuradores foi legitimada para a propositura da ADPF: "O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que são incompatíveis com a Constituição Federal os artigos 1º e 2º da Lei estadual 4.983/1989, do Maranhão, que estabelecem isonomia de vencimentos entre as carreiras de procurador do estado e delegado de polícia. A decisão, unânime, ocorreu na sessão virtual finalizada em 13/11, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 328, ajuizada pela Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape)." STF, acesso em 13/07/2025 <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=455621&tip=UN>>

A alternativa D está incorreta. A legitimidade para propor ação de descumprimento de preceito fundamental perante o STF será da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e do Distrito Federal (ANAPE).

A alternativa E está incorreta. A legitimidade para propor ação de descumprimento de preceito fundamental perante o STF será da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e do Distrito Federal (ANAPE).

#### **QUESTÃO 08. Lei municipal em vigor, de iniciativa parlamentar, que preveja apenas transmissão ao vivo e pela Internet das licitações dos Poderes Legislativo e Executivo**

**a) não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois apenas cria uma despesa para a administração pública, mas não trata de sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico de seus servidores.**

**b) usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois cria despesa e trata das atribuições dos órgãos da administração pública.**

**c) não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois apenas trata da estrutura da administração pública.**

**d) usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois cria despesa e trata da estrutura da administração pública.**

**e) usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois trata da estruturada e das atribuições dos órgãos da administração pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema competência.

A alternativa A está correta. Lei municipal em vigor, de iniciativa parlamentar, que preveja apenas transmissão ao vivo e pela Internet das licitações dos Poderes Legislativo e Executivo não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois apenas cria uma despesa para a administração pública, mas não trata de sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico de seus servidores. Conforme o RE 1.498.771 e o RE 1.473.941. "Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal). STF. Plenário. ARE 878.911 (repercussão geral- Tema 917), relator Min. Gilmar Mendes, julgado em 29/09/2016." "O Supremo Tribunal Federal acaba de decidir que é constitucional lei municipal que obrigue a transmissão, ao vivo e pela internet, das licitações do legislativo e do executivo (RE 1.498.771 e RE 1.473.941).RE 1.498.771: a origem desse recurso é uma ação direta de inconstitucionalidade estadual, ajuizada pelo Prefeito de Itapecerica da Serra perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), em face da lei municipal nº 2.894/2021. Tal lei obriga a transmissão, ao vivo e via internet, das licitações do Poder Legislativo e Executivo, no Município. O TJSP assentou que o diploma legal não padece de vício formal, haja vista dispor sobre matéria de iniciativa concorrente para apresentação do projeto. Todavia, sob o pretexto de violação ao princípio da separação de poderes e da reserva da administração, assentou que o ato normativo invade competência exclusiva do Poder Executivo. Consignou ainda a usurpação da competência da União para legislar sobre licitações e contratos. RE 1.473.941: a origem desse recurso é uma ação direta de inconstitucionalidade estadual, ajuizada pelo Prefeito de Ilhabela perante o TJSP, em face da lei municipal nº 1.577/2023. Essa lei institui a transmissão ao vivo, via internet, das licitações dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Ilhabela e dá outras providências. O Tribunal de Justiça de São Paulo assentou que o ato normativo municipal invade competência exclusiva do Poder Executivo. Consignou ainda a usurpação da competência da União para legislar sobre licitações e contratos." Thiago de Paula Leite é procurador do Estado de São Paulo e professor de direito ambiental e agrário do Estratégia. Publicado em 9 de abril de 2025. Acesso em 13/07/2025. <<https://cj.estrategia.com/portal/lei-transmissao-ao-vivo-licitacoes/>>

A alternativa B está incorreta. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo.

A alternativa C está incorreta. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo, mas a justificativa não está correta.

A alternativa D está incorreta. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo.

A alternativa E está incorreta. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo.

### **QUESTÃO 09. É da competência privativa do Senado Federal**

a) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

b) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

c) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares.

d) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

e) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o Senado Federal.

A alternativa A está incorreta. Não é competência privativa do Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

A alternativa B está incorreta. Não é competência privativa do Senado Federal apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

A alternativa C está incorreta. Não é competência privativa do Senado Federal aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares.

A alternativa D está correta. É competência privativa do Senado Federal estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Conforme o artigo 52, inciso IX da CRFB: " Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;"

A alternativa E está incorreta. Não é competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**QUESTÃO 10. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, se um procurador do estado cometer alguma infração administrativa, no exercício da função, caberá**

a) ao Conselho Superior da PGE/PI apurar os fatos e à Corregedoria da PGE/PI propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

b) à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

c) à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e ao Conselho Superior da PGE/PI propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

d) ao procurador-geral do estado apurar os fatos e aplicar as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

e) ao Conselho Superior da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema infração administrativa.

A alternativa A está incorreta. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, se um procurador do estado cometer alguma infração administrativa, no exercício da função, caberá à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

A alternativa B está correta. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, se um procurador do estado cometer alguma infração administrativa, no exercício da função, caberá à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis. Conforme artigo 150, § 6º: “Art. 150. A Procuradoria Geral do Estado é instituição de natureza permanente, vinculada diretamente ao chefe do Poder Executivo, essencial à Administração Pública estadual, cabendo aos Procuradores do Estado a representação judicial e extrajudicial do Estado e as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Estado. § 6º A responsabilização administrativa do Procurador do Estado dar-se-á sempre através de procedimento determinado pelo Procurador-Geral do Estado ou Conselho Superior, competindo à Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado apurar os fatos e propor a adoção das medidas administrativas e disciplinares cabíveis.”

A alternativa C está incorreta. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, se um procurador do estado cometer alguma infração administrativa, no exercício da função, caberá à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

A alternativa D está incorreta. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, se um procurador do estado cometer alguma infração administrativa, no exercício da função, caberá à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

A alternativa E está incorreta. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, se um procurador do estado cometer alguma infração administrativa, no exercício da função, caberá à Corregedoria da PGE/PI apurar os fatos e propor as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

**QUESTÃO 11. Residem no Brasil Pedro, brasileiro nato; Lucas, brasileiro naturalizado; Marcos, estrangeiro com processo de naturalização brasileira em curso; e João, estrangeiro. Lúcia, que é estrangeira, reside no exterior e está a passeio no Brasil.**

**Nessa situação, fazem jus à assistência social prevista na CF**

- a) Pedro, Lucas e Marcos, somente.
- b) Pedro, Lucas e João, somente.
- c) Pedro, Lucas, Marcos, João e Lúcia.
- d) Pedro, Lucas, Marcos e João, somente.
- e) Pedro e Lucas, somente.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema assistência social.

A alternativa A está incorreta. João e Lúcia também fazem jus à assistência social.

A alternativa B está incorreta. Marcos e Lúcia também fazem jus à assistência social.

A alternativa C está correta. fazem jus à assistência social prevista na CF Pedro, Lucas, Marcos, João e Lúcia. Conforme o caput do artigo 203 da CF: “Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.”

A alternativa D está incorreta. Lúcia também faz jus à assistência social.

A alternativa E está incorreta. Marcos, João e Lúcia também fazem jus à assistência social.

**QUESTÃO 12. Segundo dispõe a CF, a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social observados, entre outros princípios, os da**

- a) busca do pleno emprego e propriedade privada.
- b) legalidade e defesa do consumidor.
- c) razoabilidade e defesa do meio ambiente.
- d) legalidade e função social da propriedade.
- e) razoabilidade e livre concorrência.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da ordem econômica.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 170 incisos II e VIII da CRFB: "Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: II - propriedade privada; VIII - busca do pleno emprego;"

A alternativa B está incorreta. A legalidade não consta no rol do artigo 170 da CRFB.

A alternativa C está incorreta. A razoabilidade não consta no rol do artigo 170 da CRFB.

A alternativa D está incorreta. A legalidade não consta no rol do artigo 170 da CRFB.

A alternativa E está incorreta. A razoabilidade não consta no rol do artigo 170 da CRFB.

**QUESTÃO 13. Assinale a opção que apresenta o critério mais adequado para conceituar o direito administrativo, conforme a doutrina majoritária brasileira.**

**a) critério da administração pública.**

**b) escola do serviço público.**

**c) critério das relações jurídicas.**

**d) critério teleológico.**

**e) critério do Poder Executivo.**

## Comentários

A alternativa A é a correta, pois, segundo a doutrina majoritária, o Critério utilizado para conceituação do Direito Administrativo, segundo Hely Lopes Meirelles é o da Administração Pública. Para esse critério, o Direito Administrativo é um conjunto harmônico de princípios e regras, que vai disciplinar os órgãos, os agentes, a atividade administrativa (independentemente de quem a exerça: Poder Executivo, Poder Judiciário ou Poder Legislativo), realizando de forma direta, concreta e imediata, os fins desejados pelo Estado

**QUESTÃO 14. No que diz respeito aos poderes da administração pública, julgue os itens seguintes.**

**I - É característica fundamental do poder normativo da administração pública a capacidade plena de inovar no ordenamento jurídico, por meio da criação de direitos e obrigações.**

**II – No âmbito de um processo administrativo disciplinar, a aplicação de sanção pela autoridade competente a servidor público que tenha praticado ilícito administrativo exemplifica a manifestação do poder disciplinar.**

**III – De acordo com a doutrina, para fins do exercício do poder de polícia, o ciclo de polícia pode se desenvolver em quatro fases: ordem, consentimento, fiscalização e sanção.**

**IV – É defeso estipular, mediante lei estadual, prazo para que o chefe do Poder Executivo apresente a regulamentação de disposições legais, a fim de dar cumprimento à função atípica normativa de seu poder regulamentar.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e III.**

**b) I e IV.**

**c) II e IV.**

**d) I, II e III**

**e) II, III e IV.**

**Comentários:**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre os poderes administrativos.

Item I – Incorreto. O poder normativo via de regra não inova no ordenamento jurídico, pois se limita à fiel execução da lei, sob pena de violação à separação dos Poderes e ao princípio da legalidade.

Item II – Correto. Esse é o conceito de poder disciplinar, qual seja, a possibilidade de a autoridade competente aplicar punição ao servidor a ela subordinado.

Item III – Correto. O ciclo de poder de polícia é composto por quatro fases, ordem, consentimento, fiscalização e sanção.

Item IV – Correto. De acordo com o STF, na ADI 4728/DF, a Lei não pode estabelecer um prazo para que o chefe do Executivo faça a sua regulamentação, sob pena de interferência/independência dos poderes.

**QUESTÃO 15. A entidade integrante da administração indireta cuja instituição é autorizada por lei específica e cuja área de atuação é definida mediante lei complementar denomina-se**

**a) empresa pública.**

**b) fundação pública.**

**c) sociedade de economia mista.**

**d) agência executiva.**

**e) autarquia.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão fala sobre entes da administração indireta.

As fundações públicas, segundo a redação dada pelo Artigo 37, inciso XIX, da Constituição Federal, sua criação será autorizada por lei específica e a Lei Complementar definirá suas áreas de atuação.

**QUESTÃO 16. Assinale a opção que apresenta o instrumento previsto na Lei n. 13.019/2014 por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública e que envolvam transferência de recursos financeiros**

**a) termo de parceria**

**b) acordo de cooperação**

**c) termo de colaboração**

**d) termo de fomento**

**d) contrato de gestão**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre as OSC – organizações da sociedade civil e seus instrumentos de atuação com o poder público.

Segundo a Lei nº 13.019/2014, em seu artigo 2º, inciso VII, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

**QUESTÃO 17. A respeito do que a Lei n.º 9.784/1999 dispõe acerca da decisão coordenada, julgue os itens a seguir.**

**I A referida decisão é aplicável aos processos administrativos de licitação e aos processos administrativos relacionados ao poder sancionador.**

**II A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão envolvido ou autoridade envolvida.**

**III É admitida a decisão coordenada nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.**

**IV Cada órgão ou entidade participante da decisão responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à respectiva competência, a fim de subsidiar os trabalhos e integrar o processo da decisão coordenada.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas os itens I e II estão certos.**
- b) Apenas os itens I e IV estão certos**
- c) Apenas os itens II e III estão certos.**
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

#### **Comentários**

O item I está incorreto por expressa vedação legal, nos termos do artigo 49-A, §6º, inciso I, da Lei nº 9.784/1999.

O item II está incorreto, pois o §4º, do artigo 49-A, é expresso em dizer que a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade que está envolvida.

O item III está correto. Houve a junção dos incisos I e II, do artigo 49-A.

O item IV está correto, pois está de acordo com o artigo 49-E, da Lei nº 9.784/1999.

**QUESTÃO 18. Com fundamento na jurisprudência do STF e na legislação vigente, julgue os itens seguintes, a respeito dos militares dos estados**

**I O benefício da pensão militar é igual ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade.**

**II O benefício da pensão militar é irredutível e deve ser revisto automaticamente na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.**

**III A relação de beneficiários dos militares dos estados, para fins de recebimento da pensão militar, é a mesma estabelecida para os militares das Forças Armadas**

**IV A inclusão, em um mesmo diploma normativo, de regra geral comum a servidores civis e militares ofende a exigência constitucional de lei específica para tratar da inatividade dos militares.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e III.**

**b) I e IV.**

**c) II e IV.**

**d) I, II e III.**

**e) II, III e IV.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o regime jurídico dos militares da ativa e da inatividade. Os três primeiros itens são redações do artigo 24-B, do Decreto-Lei 667/1969, que trata dos militares do Distrito Federal. Vamos à análise deles:

O item I está correto. Esse item aborda o inciso I, do artigo 24-B, cuja redação literal afirma existir a coincidência entre o benefício de pensão do militar da ativa ou em inatividade;

O item II está correto. De fato, o benefício da pensão militar é irredutível, com revisão automática, e preserva o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem, nos termos do inciso II, do artigo 24-B.

O item III está correto. A relação dos beneficiários dos militares estaduais é a mesma para os militares das forças armadas, conforme estabelece o inciso III, do artigo 24-B.

O item VI está incorreto. A inclusão em um mesmo diploma normativo, comum a servidores civis e militares, não ofende a exigência constitucional (STF, ADI 5154).

**QUESTÃO 19. Acerca do que dispõe a Lei n.º 11.107/2005 sobre consórcios públicos, assinale a opção correta**

**a) Atendidos os requisitos da legislação civil, todo consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito privado.**

**b) A extinção de contrato de consórcio público depende de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados.**

c) É vedada a retirada do ente da Federação do consórcio público, a fim de evitar o prejuízo das obrigações já constituídas no contrato

d) A União somente participará de consórcios públicos de que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados.

e) A alteração de um contrato de consórcio público depende de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei aprovada por todos os entes consorciados.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão fala sobre consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).

Conforme estabelece o artigo 1º, §2º, da Lei nº 11.107/2005, a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

**QUESTÃO 20. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, é dispensável a licitação para**

a) aquisição de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento

b) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

c) contratação e elaboração de serviços técnico-especializados para a de pareceres por profissionais ou empresas de notória especialização.

d) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

e) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre os casos de dispensa de licitação.

A alternativa B é a única que traz a hipótese prevista nos incisos do artigo 75, mais precisamente no inciso XIII – “contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização”. As demais alternativas representam hipóteses de inexigibilidade, nos termos do artigo 74.

**QUESTÃO 21. O prazo prescricional das infrações previstas na Lei nº 12.846/2013 - a ser contado da data da ciência da prática da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado o ilícito - é de:**

- a) 2 anos.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.
- d) 8 anos.
- e) 10 anos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

O artigo 25 estabelece o prazo prescricional de 5 anos, que se inicia a partir da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. As demais alternativas não traduzem nenhum prazo estabelecido nessa lei.

**QUESTÃO 22. No que se refere a bens públicos julgue os itens seguintes de acordo com as disposições legais aplicáveis no tema e a jurisprudência dos tribunais superiores.**

**I. São oponíveis à União os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha.**

**II. A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões benfeitorias.**

**III. As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos estados, autoriza somente o seu uso, permanecendo o seu domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou tolerante em relação aos possuidores**

**IV. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas integrantes da administração pública.**

**Assinale a opção correta**

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens II e III estão certos
- c) Apenas os itens I e IV estão certo

**d) Apenas os itens III e IV estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos bens públicos.

O item I está incorreto. A Súmula 496/STJ estabelece que os registros não são oponíveis à União.

O item II está correto. De fato, a ocupação de bem público não gera nem a propriedade nem o direito de retenção dos valores gastos com eventuais benfeitorias, nos termos da Súmula 619/STJ.

O item III está correto. De fato, as concessões das terras devolutas em faixa de fronteira autorizam apenas o uso. O domínio continua pertencente à União, mesmo que ela tolere o ato de posse. Essa é a redação da Súmula 477/STF.

O item IV está incorreto. Existem pessoas jurídicas, pertencentes aos quadros da administração pública, que são pessoas jurídicas de direito privado, como exemplo, os bens pertencentes às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Os bens pertencentes a esses entes são bens privados.

**QUESTÃO 23. Com base na jurisprudência do STF acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.**

**I - O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, com fundamento na teoria do risco administrativo**

**II - A demonstração do nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada é imprescindível à caracterização da responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional.**

**III - Configura-se a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício quando há a violação de um dever jurídico específico de agir, caracterizada pela concessão de licença para o funcionamento sem as cautelas legais ou pelo conhecimento do poder público de eventuais irregularidades praticadas pelo particular**

**IV - A ação por danos causados por causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.**

**Assinale a opção correta**

**a) Apenas os itens I e III estão certos.**

**b) Apenas os itens II e IV estão certos.**

c) Apenas os itens I, II e III estão certos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Todas estão corretas. A questão trouxe diversos entendimentos jurisprudenciais sobre a responsabilidade civil do Estado. De fato, o Estado é responsável objetivamente pelas ações de segurança pública (item I); deve haver a demonstração do nexo causal entre a fuga do preso e os crimes cometidos por ele para que haja responsabilização por parte do ente (item II); no caso de omissão na fiscalização das atividades comerciais de fogos de artifício, há a responsabilidade estatal de forma objetiva (item III); e a Teoria da Dupla Garantia prevê a necessidade de a ação por danos causados por agente público ser ajuizada perante o ente ou pessoa jurídica prestadora de serviço público e não o agente causador do dano, e, caso haja dever de indenizar por parte da administração (ou por quem está fazendo às vezes dela), gera o dever de ação de regresso contra o causador do dano (item IV).

**QUESTÃO 24. De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, o prazo prescricional para o ajuizamento de ação para a aplicação de sanções ao responsável pela prática de atos de improbidade administrativa - contado a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que tiver cessado a permanência - é de:**

a) 2 anos.

b) 3 anos.

c) 5 anos.

d) 8 anos.

e) 10 anos.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o prazo prescricional na Lei de Improbidade Administrativa.

De acordo com o artigo 23, da Lei nº 8.429/1992, a ação para a aplicação das sanções previstas na lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

**QUESTÃO 25. De acordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), caso determinada sucessão tenha sido aberta durante a vigência do Código Civil de 2002 e antes da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o valor do bem, certo ou estimado, a ser levado à colação deve corresponder àquele atribuído na data**

**a) da abertura do inventário, não estando o valor sujeito a correção monetária.**

**b) do ato de liberalidade, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão.**

**c) do ato de liberalidade, não estando o valor sujeito a correção monetária.**

**d) da abertura do inventário, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão.**

**e) da abertura da sucessão, não estando o valor sujeito a correção monetária.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema sucessão.

A alternativa A está incorreta. O valor do bem, certo ou estimado, a ser levado à colação deve corresponder àquele atribuído na data do ato de liberalidade, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão.

A alternativa B está correta. O valor do bem, certo ou estimado, a ser levado à colação deve corresponder àquele atribuído na data do ato de liberalidade, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão. Em conformidade com os artigos 2.004 do Código Civil, artigo 639 do Código de Processo Civil e entendimento do STJ: "Art. 2.004. O valor de colação dos bens doados será aquele, certo ou estimativo, que lhes atribuir o ato de liberalidade." "Art. 639. No prazo estabelecido no art. 627, o herdeiro obrigado à colação conferirá por termo nos autos ou por petição à qual o termo se reportará os bens que recebeu ou, se já não os possuir, trar-lhes-á o valor. Parágrafo único. Os bens a serem conferidos na partilha, assim como as acessões e as benfeitorias que o donatário fez, calcular-se-ão pelo valor que tiverem ao tempo da abertura da sucessão." "O valor de colação dos bens doados deverá ser aquele atribuído ao tempo da liberalidade, corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão. STJ. 4ª Turma. REsp 1.166.568-SP, Rel. Min. Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF da 5ª Região), julgado em 12/12/2017 (Info 617)." "A jurisprudência do STJ é no sentido de que a colação de bens, a despeito de se relacionar intimamente com a igualdade da legítima dos herdeiros (questão de direito material), apenas se materializa e desenvolve na ação de inventário (questão de direito processual). Desse modo, é o critério de direito intertemporal que deve definir qual a regra jurídica aplicável. STJ. 3ª Turma. AgInt no AREsp 1794363/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 29/11/2021."

A alternativa C está incorreta. O valor do bem, certo ou estimado, a ser levado à colação deve corresponder àquele atribuído na data do ato de liberalidade, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão.

A alternativa D está incorreta. O valor do bem, certo ou estimado, a ser levado à colação deve corresponder àquele atribuído na data do ato de liberalidade, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão.

A alternativa E está incorreta. O valor do bem, certo ou estimado, a ser levado à colação deve corresponder àquele atribuído na data do ato de liberalidade, devendo o valor ser corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão.

**QUESTÃO 26. De acordo com o Código Civil e com o entendimento jurisprudencial do STJ, a renúncia à herança**

**a) é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por termo judicial, sob pena de nulidade.**

**b) é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por escrito particular, exceto se feito por procurador, caso em que deve ocorrer por instrumento público.**

**c) é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por termo judicial, sob pena de anulabilidade.**

**d) não exige forma especial, desde que manifestada por pessoa capaz e com pleno discernimento.**

**e) não exige forma especial e pode ser realizada tanto pelo sucessor do herdeiro quanto por terceiro que o represente.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a renúncia à herança.

A alternativa A está correta. A renúncia à herança é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por termo judicial, sob pena de nulidade. Em conformidade com a jurisprudência em tese do STJ e o artigo 1.806 do CC: "Jurisprudência em teses – Edição 243 2) A renúncia à herança é ato solene que deve ser realizado expressamente por instrumento público ou termo judicial, sob pena de nulidade." "Art. 1.806. A renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento público ou termo judicial."

A alternativa B está incorreta. A renúncia à herança é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por termo judicial, sob pena de nulidade. Não há a previsão de que possa ser escrito por particular, nem a exceção de ser feita por procurador.

A alternativa C está incorreta. A renúncia à herança é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa, por instrumento público ou por termo judicial, sob pena de nulidade, e não anulabilidade

A alternativa D está incorreta. A renúncia à herança é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa.

A alternativa E está incorreta. A renúncia à herança é um ato solene, que deve ser realizado de forma expressa.

**QUESTÃO 27. De acordo com o Código Civil e com entendimento Jurisprudencial do STJ a prescrição pode ser interrompida**

**a) por despacho do juiz, ainda que incompetente, mesmo que a ação tenha sido proposta pelo interessado fora do prazo legal.**

**b) por despacho do juiz, ainda que incompetente, que ordenar a citação, desde que a ação tenha sido proposta pelo credor e que ele o tenha feito dentro do prazo e na forma estabelecida pela lei processual.**

**c) por despacho do juiz, mesmo que incompetente, que ordenar a citação, desde que a ação tenha sido proposta, seja pelo credor, seja pelo devedor, dentro do prazo e na forma estabelecida pela lei processual.**

**d) somente se o juiz que proferiu o despacho for competente para a causa e a ação tiver sido proposta pelo credor, devendo este promovê-la dentro do prazo e na forma da lei processual.**

**e) somente se o juiz que proferiu o despacho for competente e a ação tiver sido proposta pelo devedor, devendo este promovê-la dentro do prazo e na forma da lei processual.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o tema prescrição.

A alternativa A está incorreta. A prescrição pode ser interrompida por despacho do juiz, ainda que incompetente, que ordenar a citação, desde que a ação tenha sido proposta pelo credor e que ele o tenha feito dentro do prazo e na forma estabelecida pela lei processual.

A alternativa B está correta. A prescrição pode ser interrompida por despacho do juiz, ainda que incompetente, que ordenar a citação, desde que a ação tenha sido proposta pelo credor e que ele o tenha feito dentro do prazo e na forma estabelecida pela lei processual. Em conformidade com o artigo 202, inciso I do Código Civil: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;”

A alternativa C está incorreta. A prescrição pode ser interrompida por despacho do juiz, ainda que incompetente, que ordenar a citação, desde que a ação tenha sido proposta pelo credor e que ele o tenha feito dentro do prazo e na forma estabelecida pela lei processual.

A alternativa D está incorreta. A prescrição pode ser interrompida por juiz incompetente.

A alternativa E está incorreta. A prescrição pode ser interrompida por juiz incompetente.

**QUESTÃO 28. De acordo com o Código Civil e o entendimento jurisprudencial do STJ, admite-se a desconsideração da personalidade jurídica nos casos em que ocorra o uso abusivo da personalidade jurídica, caracterizado**

- a) pela prática de atos intencionais dos sócios voltados à fraude contra terceiros.
- b) pela mera demonstração de que a empresa se encontra em estado de insolvência.
- c) pela comprovação de que a personalidade jurídica esteja sendo utilizada como obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados.
- d) pela simples inexistência de bens penhoráveis da empresa.
- e) pela demonstração do encerramento irregular das atividades da empresa sem a devida baixa do seu encerramento na junta comercial.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está correta. Admite-se a desconsideração da personalidade jurídica nos casos em que ocorra o uso abusivo da personalidade jurídica, caracterizado pela prática de atos intencionais dos sócios voltados à fraude contra terceiros. Em conformidade com o caput do artigo 50 do Código Civil: "Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. § 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. § 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica. § 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. § 5º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica."

A alternativa B está incorreta. A mera demonstração de que a empresa se encontra em estado de insolvência por si só não admite a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa C está incorreta. A comprovação de que a personalidade jurídica esteja sendo utilizada como obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados por si só não admite a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa D está incorreta. A simples inexistência de bens penhoráveis da empresa por si só não admite a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa E está incorreta. A demonstração do encerramento irregular das atividades da empresa sem a devida baixa do seu encerramento na junta comercial por si só não admite a desconsideração da personalidade jurídica.

**QUESTÃO 29. Segundo a legislação vigente e o entendimento do STJ, a responsabilidade civil dos pais por ato ilícito praticado por filhos menores sob sua autoridade e em sua companhia é**

**a) subjetiva, sendo exigida a vigilância constante ou a presença física contínua do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.**

**b) objetiva, sendo relevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.**

**c) subjetiva, sendo relevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.**

**d) subjetiva, sendo irrelevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.**

**e) objetiva, sendo irrelevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a responsabilidade civil.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade é objetiva.

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade é objetiva, mas não é relevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor,

A alternativa C está incorreta. A responsabilidade é objetiva.

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade é objetiva.

A alternativa E está correta. A responsabilidade civil dos pais por ato ilícito praticado por filhos menores sob sua autoridade e em sua companhia é objetiva, sendo irrelevante a proximidade física do genitor no momento da prática do ato danoso pelo filho menor. "Na verdade, ao se referir a autoridade e companhia, quis a norma, a meu juízo, explicitar o poder familiar, até porque a autoridade parental não

se esgota na guarda, além de que o poder familiar compreende um plexo de deveres como, proteção, cuidado, educação, informação, afeto, dentre outros, independentemente da vigilância investigativa e diária. Por óbvio que "não se trata de proximidade física no momento do dano. Mesmo que o menor, em viagem, cause danos a terceiros, tais danos estão sob o amparo do dispositivo em questão. Seria absurdamente contrário à teleologia da norma responsabilizar apenas os pais pelos danos que os filhos causem 'ao lado' deles. Não é essa, decerto, a interpretação possível do dispositivo em questão. Cabe aos pais contribuir para a formação dos hábitos e comportamentos dos filhos, e isso se reflete, de modo sensível, quando os menores estão fora do lar, e não se encontram sob a proteção direta deles, e nem haja fiscalização familiar. É irrelevante, portanto, para a incidência da norma, a proximidade física dos pais, no momento em que os menores causam danos" (FARIAS, Cristiano. Novo tratado de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2015, p. 604) "DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR FATO DE OUTREM – PAIS PELOS ATOS PRATICADOS PELOS FILHOS MENORES. ATO ILÍCITO COMETIDO POR MENOR. RESPONSABILIDADE CIVIL MITIGADA E SUBSIDIÁRIA DO INCAPAZ PELOS SEUS ATOS (CC, ART. 928). LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. INOCORRÊNCIA. 1. A responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos é subsidiária e mitigada (CC, art. 928). 2. É subsidiária porque apenas ocorrerá quando os seus genitores não tiverem meios para ressarcir a vítima; é condicional e mitigada porque não poderá ultrapassar o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante (CC, art. 928, par. Único e Em. 39/CJF); e deve ser equitativa, tendo em vista que a indenização deverá ser equânime, sem a privação do mínimo necessário para a sobrevivência digna do incapaz (CC, art. 928, par. Único e Em. 449/CJF). 3. Não há litisconsórcio passivo necessário, pois não há obrigação – nem legal, nem por força da relação jurídica (unitária) – da vítima lesada em litigar contra o responsável e o incapaz. É possível, no entanto, que o autor, por sua opção e liberalidade, tendo em conta que os direitos ou obrigações derivem do mesmo fundamento de fato ou de direito (CPC, 73, art. 46, II) intente ação contra ambos – pai e filho -, formando-se um litisconsórcio facultativo e simples. 4. O art. 932, I do CC ao se referir a autoridade e companhia dos pais em relação aos filhos, quis explicitar o poder familiar (a autoridade parental não se esgota na guarda), compreendendo um plexo de deveres como, proteção, cuidado, educação, informação, afeto, dentre outros, independentemente da vigilância investigativa e diária, sendo irrelevante a proximidade física no momento em que os menores venham a causar danos. 5. Recurso especial não provido."(STJ – Resp: 1436401 MG 2013/0351714-7, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 02/02/2017, T4 – QUARTA TURMA, Data de Publicação: Dje 16/03/2017)"

**QUESTÃO 30. No que diz respeito à obrigação de indenizar na responsabilidade civil, o Código Civil estabelece que os bens do responsável pela ofensa ou violação de direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, caso a ofensa tenha mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação do dano. De acordo com o STJ, essa responsabilidade solidária é imposta**

**a) desde que os agentes causadores do dano tenham praticado separadamente a mesma conduta ilícita.**

**b) pelo simples fato de as condutas dos agentes imputados terem concorrido para a produção do resultado.**

**c) desde que os agentes causadores do dano tenham praticado, em conjunto, a mesma conduta ilícita.**

**d) quando os agentes concorrerem para a produção do dano, desde que seus comportamentos não constituam ilícitos distintos.**

**e) apenas quando, de forma independente, dois ou mais agentes praticarem, cada um, um ato ilícito diferente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o tema responsabilidade civil.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade solidária é imposta pelo simples fato de as condutas dos agentes imputados terem concorrido para a produção do resultado.

A alternativa B está correta. A responsabilidade solidária é imposta pelo simples fato de as condutas dos agentes imputados terem concorrido para a produção do resultado. Conforme entendimento do STJ: "A responsabilidade solidária que decorre do art. 942 do CC/2002 se impõe pelo simples fato de as condutas dos agentes imputados terem concorrido para a produção do resultado. Não é necessário, assim, que esses agentes, ditos causadores do dano, tenham praticado, conjuntamente, a mesma conduta ilícita. É suficiente que seus comportamentos, embora constituindo ilícitos distintos, tenham concorrido para a produção do dano. STJ. 3ª Turma. AgInt no AREsp 1.305.095/MS, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 13/2/2023."

A alternativa C está incorreta. A responsabilidade solidária é imposta pelo simples fato de as condutas dos agentes imputados terem concorrido para a produção do resultado.

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade solidária é imposta pelo simples fato de as condutas dos agentes imputados terem concorrido para a produção do resultado.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade solidária é imposta pelo simples fato de as condutas dos agentes imputados terem concorrido para a produção do resultado.

**QUESTÃO 31. Em relação à atividade empresária e a seus atos constitutivos, assinale a opção correta.**

**a) A constituição de estabelecimento secundário em lugar sujeito à jurisdição de outro registro público dispensa sua averbação no registro da respectiva sede.**

**b) É possível aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não sejam casados no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.**

**c) Caso uma pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário a exerça, ela não será responsabilizada pelas obrigações contraídas.**

**d) É considerado empresário aquele que exerce, com concurso de auxiliares ou colaboradores, profissão de natureza científica, ainda que o exercício da profissão não constitua elemento de empresa.**

**e) A inscrição do empresário no registro público da respectiva sede deve ser realizada em até trinta dias após o início de sua atividade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a atividade de empresário e seus atos constitutivos.

A alternativa A está incorreta. A constituição de estabelecimento secundário deve ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis. É o que dispõe o art. 969, parágrafo único, do Código Civil: Art. 969. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária. Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

A alternativa B está correta. É a disposição literal do art. 977, do Código Civil: Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

A alternativa C está incorreta. Será sim responsável, conforme determina o art. 973, do Código Civil: A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.

A alternativa D está incorreta. Não é empresário quem exerce profissão de natureza científica. Contudo, se o exercício da profissão constituir elemento de empresa, este passará a ser considerado empresário, nos termos do parágrafo único do art. 966, do Código Civil: Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

A alternativa E está incorreta. O registro é feito antes do início de sua atividade e não 30 (trinta) dias após o início, como a alternativa sugere. Código Civil, art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

**QUESTÃO 32. No tocante às espécies de marcas e ao seu registro, assinale a opção correta com base na Lei n.º 9.279/1996.**

**a) O registro de marca de certificação poderá ser requerido por pessoa com interesse comercial direto no produto ou serviço atestado.**

**b) Marca de certificação é aquela usada para a identificação de produtos ou serviços provindos de membros de determinada entidade.**

**c) É passível de registro como marca o termo técnico que, usado na indústria, tenha relação com o produto ou serviço a distinguir.**

**d) Marca de alto renome é aquela notoriamente conhecida em seu ramo de atividade, mas que ainda não atingiu notoriedade em nível nacional.**

**e) A marca notoriamente conhecida goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre marcas e seu registro.

A alternativa A está incorreta. O requerimento de marca de certificação será feito por pessoa sem interesse comercial direto, para evitar parcialidade. É a disposição do art. 128, §3º, da Lei 9.279/1996: Art. 128. Podem requerer registro de marca as pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou de direito privado. § 3º O registro da marca de certificação só poderá ser requerido por pessoa sem interesse comercial ou industrial direto no produto ou serviço atestado.

A alternativa B está incorreta. Houve confusão entre os conceitos de marca de certificação/coletiva. Lei 9.279/1996: Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se: II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade. Exemplos de Marca de Certificação: ISO, ABIC, etc. ISO (Organização Internacional de Normalização): Selos que atestam a conformidade com padrões internacionais de gestão da qualidade, segurança alimentar, entre outros. ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café): Selos que atestam a qualidade e sustentabilidade do café. Exemplos de Marca Coletiva: Amorange (marca coletiva para morangos de Nova Friburgo), Vinhos do Brasil, etc.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, há vedação expressa quanto ao registro como marca de termo técnico usado na indústria. Lei 9.279/1996: Art. 124. Não são registráveis como marca: XVIII - termo técnico usado na indústria, na ciência e na arte, que tenha relação com o produto ou serviço a distinguir.

A alternativa D está incorreta. Marca de alto renome precisa ter notoriedade em nível nacional (inclusive internacional). Art. 125. À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade. Exemplo: Microsoft

A alternativa E está correta. É o conceito dado pelo art. 126 da Lei 9.279/1996: Art. 126. A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6º bis (I), da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil. Exemplo: Coca-cola para bebidas, Barbie para bonecas (coincidentemente também são marcas de alto renome).

**QUESTÃO 33. Ainda com a base na Lei n.º 9.279/1996, assinale a opção correta a respeito das patentes.**

a) A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando compreendidos no estado da técnica.

b) É patenteável como modelo de utilidade objeto que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

c) Programas de computador são considerados modelo de utilidade para fins de registro de patente.

d) O requerente deve comprovar, quando da solicitação da patente de invenção ou modelo de utilidade, sua legitimidade para a obtenção do registro de patente.

e) Em caso de dois ou mais autores haverem realizado a mesma invenção, de forma independente, será assegurado o direito de obter patente àquele que provar o depósito mais antigo.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre patentes.

A alternativa A está incorreta. Serão novos quando não compreendidos no estado da técnica. Lei 9.279/1996: Art. 11. A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando não compreendidos no estado da técnica.

A alternativa B está incorreta. O enunciado troca o conceito de invenção pelo de modelo de utilidade. Contraria expressamente o art. 9º da Lei 9.279/1996: Art. 9º É patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação. Art. 8º É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

A alternativa C está incorreta. Os programas de computador em si não são considerados nem invenção, nem modelo de utilidade, conforme dispõe o art. 10, V, da Lei 9.279/1996: Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade: V - programas de computador em si. Não confundir com o art. 2º, VI - concessão de registro para jogos eletrônicos.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de comprovação de sua legitimidade para a obtenção do registro de patente. Lei 9.279/1996. Art. 19. O pedido de patente, nas condições estabelecidas pelo INPI, conterá: I - requerimento; II - relatório descritivo; III - reivindicações; IV - desenhos, se for o caso; V - resumo; e VI - comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito. Art. 21. O pedido que não atender formalmente ao disposto no art. 19, mas que contiver dados relativos ao objeto, ao depositante e ao inventor, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI, que estabelecerá as exigências a serem cumpridas, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução ou arquivamento da documentação. Parágrafo único. Cumpridas as exigências, o depósito será considerado como efetuado na data do recibo.

A alternativa E está correta. É a literalidade do art. 7º da Lei 9.279/1996: Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter

patente será assegurado àquele que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção ou criação.

**QUESTÃO 34. No que se refere a concentração empresarial e defesa da concorrência, assinale a opção correta.**

**a) A celebração de acordo de leniência em face de crimes contra a ordem econômica, não suspende o curso do prazo prescricional tampouco o oferecimento da denúncia em relação ao agente beneficiário da leniência.**

**b) Concentração vertical ocorre em operações que envolvem agentes econômicos distintos que ofertam produtos ou serviços substitutos entre si.**

**c) Concentração horizontal consiste na operação em que um mesmo agente econômico oferta produtos ou serviços pertencentes a etapas diferentes da mesma cadeia produtiva.**

**d) A posição dominante de mercado é presumida quando uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateralmente ou coordenadamente as condições de mercado.**

**e) Empresas integrantes de grupo econômico serão responsabilizadas subsidiariamente quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre concentração empresarial e defesa da concorrência.

A alternativa A está incorreta. Pelo contrário, a celebração do acordo de leniência suspende o curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia. Lei 12.529/2011: Art. 87. Nos crimes contra a ordem econômica, tipificados na Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos demais crimes diretamente relacionados à prática de cartel, tais como os tipificados na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e os tipificados no art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a celebração de acordo de leniência, nos termos desta Lei, determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia com relação ao agente beneficiário da leniência.

A alternativa B está incorreta. Se refere ao conceito de concentração horizontal e não vertical. Cartilha do CADE (2016). 9. O que é uma concentração vertical? A concentração (ou integração) vertical consiste na operação envolvendo agentes econômicos distintos que ofertam produtos ou serviços pertencentes a etapas diferentes da mesma cadeia produtiva.

A alternativa C está incorreta. Se refere ao conceito de concentração vertical e não horizontal. Cartilha do CADE (2016). 8. O que é uma concentração horizontal? Uma concentração horizontal ocorre em operações que envolvem agentes econômicos distintos que ofertam produtos ou serviços substitutos entre si. Percebe-se que houve uma inversão dos institutos e seus conceitos na letra B e letra C.

A alternativa D está correta. É o que prevê o §2º do art. 36, da Lei 12.529/2011: Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: (...) IV - exercer de forma abusiva posição dominante. §2º Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia.

A alternativa E está incorreta. Serão responsabilizadas solidariamente e não subsidiariamente. Art. 33, da Lei 12.529/2011: Serão solidariamente responsáveis as empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica.

**QUESTÃO 35. A respeito do sistema de justiça multiportas e dos meios adequados de solução de conflitos, assinale a opção correta.**

**a) Na hipótese de a solução do conflito ser realizada pela instituição de arbitragem, é vedado às partes recorrer ao Poder Judiciário, ainda que para buscar a concessão de tutela provisória.**

**b) As ações de controle concentrado de constitucionalidade (ADI, ADC e ADPF) não estão sujeitas a conciliação e acordo, por tratarem da análise da constitucionalidade de lei ou ato, de forma que não é possível a utilização do sistema de justiça multiportas nesses tipos de ações.**

**c) A decisão que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem é passível de apelação, a qual não terá efeito suspensivo *ope legis*.**

**d) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da advocacia pública, sendo obrigatória a submissão de tais conflitos às câmaras anteriormente ao seu ingresso no Poder Judiciário.**

**e) A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição, a partir da emissão de juízo de admissibilidade pelo órgão ou pela entidade pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema meios alternativos de resolução de conflitos.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 22-A da Lei n. 9.307/1996 (Lei da Arbitragem), é possível às partes recorrerem ao Poder Judiciário antes da instituição da arbitragem para a concessão de medidas cautelares ou de urgência: “Lei 9307, Art. 22-A. Antes de instituída a arbitragem, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário para a concessão de medida cautelar ou de urgência”.

A alternativa B está incorreta. Embora as ações de controle concentrado (ADI, ADC e ADPF) tenham como objeto a análise da constitucionalidade de leis e atos normativos, o Supremo Tribunal Federal tem

admitido, em certos casos, a realização de acordos processuais e soluções consensuais mesmo nesse âmbito. A título de exemplo, cita-se a ADPF 984 e a ADI 7433.

A alternativa C está correta. O Código de Processo Civil, em seu art. 1.012, § 1º, IV, prevê que a sentença que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem produzirá efeitos imediatos, ou seja, a apelação interposta contra essa decisão não possui efeito suspensivo *ope legis*. O tema é complementado pelo art. 1.015, III, do CPC, que prevê o cabimento de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que rejeita a instauração da arbitragem. Assim, há uma distinção processual: a rejeição da arbitragem é decisão interlocutória (agravo), enquanto o acolhimento do pedido configura sentença (apelação), sem efeito suspensivo automático. “Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. §1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem”.

A alternativa D está incorreta. Embora o art. 32 da Lei n. 13.140/2015 (Lei da Mediação) preveja que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos no âmbito da Advocacia Pública, essa instituição é facultativa, e não obrigatória: “Lei 13.140, Art. 32. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública [...]”.

A alternativa E está incorreta. O art. 34 da Lei 13.140/2015 dispõe que a prescrição será suspensa a partir da emissão do juízo de admissibilidade pela Administração Pública. Contudo, o § 1º do mesmo artigo determina que essa suspensão retroagirá à data de formalização do pedido de mediação administrativa. Vejamos: “Lei 13.140, Art. 34. A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição. § 1º Considera-se instaurado o procedimento quando o órgão ou entidade pública emitir juízo de admissibilidade, retroagindo a suspensão da prescrição à data de formalização do pedido de resolução consensual do conflito”.

**QUESTÃO 36. Assinale a opção correta em relação às prerrogativas e à atuação da fazenda pública em juízo.**

**a) A representação judicial das autarquias e fundações públicas por seus procuradores ou advogados, ocupantes de cargos efetivos dos respectivos quadros, far-se-á mediante a apresentação do instrumento de mandato.**

**b) Na ação civil pública, a sentença fará coisa julgada apenas nos limites da competência territorial do órgão prolator.**

**c) De acordo com o entendimento do STJ, a fazenda pública não tem interesse na efetivação de protesto da certidão da dívida ativa (CDA), haja vista sua qualificação como título executivo apto a viabilizar o imediato ajuizamento de execução fiscal.**

**d) Ressalvados os casos de créditos de pequeno valor, não são devidos honorários sucumbenciais em execução por quantia certa não embargada contra a fazenda pública.**

**e) O presidente do tribunal poderá determinar a revisão das contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor, a pedido das partes, sendo vedada, neste caso, a atuação de ofício.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema prerrogativas da fazenda pública.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 75, inciso IV, do Código de Processo Civil, as autarquias e fundações públicas são representadas em juízo por seus procuradores ou advogados integrantes dos respectivos quadros. Contudo, não é exigível a apresentação de instrumento de mandato (procuração) quando essa representação decorrer do exercício das atribuições legais inerentes ao cargo público. Assim, defendemos que essa é a alternativa que parece ser acolhida pela Banca como correta, porém seu conteúdo não está totalmente de acordo com o ordenamento jurídico.

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 1101937/SP (Tema 1075 da repercussão geral), fixou a seguinte tese: “É inconstitucional a delimitação dos efeitos da sentença proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial de seu órgão prolator. STF. Plenário. RE 1101937/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 7/4/2021 (Repercussão Geral – Tema 1075)”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com a tese firmada no Tema 777 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Fazenda Pública pode e tem interesse legítimo no protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA), o qual é instrumento válido de cobrança extrajudicial. Vejamos: “A Fazenda Pública possui interesse e pode efetivar o protesto da CDA, documento de dívida, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei 9.492/1997, com a redação dada pela Lei 12.767/2012” (Tese firmada no Tema n. 777 do STJ)”.

A alternativa D está incorreta. O STJ, ao julgar a Tese n. 1.190, fixou o entendimento de que não são devidos honorários sucumbenciais em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, quando não houver impugnação, ainda que o crédito seja pago por Requisição de Pequeno Valor (RPV).

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 1º-E da Lei n. 9.494/1997: “art. 1º-E da Lei 9.494/97. São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.”

**QUESTÃO 37. Caso o estado do Piauí sofra reflexo indireto de natureza econômica de decisão decorrente de julgamento de processo em que não seja parte, o instituto adequado para o pedido de ingresso é a(o)**

**a) denúncia da lide.**

**b) assistência litisconsorcial.**

**c) *amicus curiae*.**

**d) intervenção anômala.**

## **e) assistência simples.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema intervenção de terceiros.

A alternativa A está incorreta. A denunciação da lide é uma forma de intervenção forçada de terceiros, cabível nos casos em que há direito de regresso, previsto em lei ou em contrato, entre o denunciado e a parte que a ele recorre.

A alternativa B está incorreta. A assistência litisconsorcial pressupõe que o terceiro tenha interesse jurídico tão intenso que sua posição em juízo deve se equiparar à de parte principal, participando do processo como verdadeiro litisconsorte.

A alternativa C está incorreta. O amicus curiae é figura prevista no art. 138 do CPC e é utilizada para ampliar o debate jurídico sobre questões relevantes, com repercussão social, política ou técnica, em especial em ações de controle concentrado de constitucionalidade ou processos repetitivos.

A alternativa D está correta. A chamada intervenção anômala, prevista no parágrafo único do art. 5º da Lei n. 9.469/1997, permite que pessoas jurídicas de direito público, como é o caso do Estado do Piauí, intervenham em processos cuja decisão possa gerar reflexos indiretos de natureza econômica, ainda que não demonstrem interesse jurídico direto. Vejamos: “Art. 5º A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas federais. Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes”.

A alternativa E está incorreta. A assistência simples exige a existência de interesse jurídico direto do terceiro no resultado da causa, normalmente porque será afetado em sua esfera jurídica por força de relação acessória ou reflexa.

**QUESTÃO 38. No que diz respeito aos recursos de natureza ordinária, assinale a opção correta.**

**a) Quando notadamente cabível a apelação, a interposição equivocada de agravo de instrumento é superável com a desistência do agravo e a interposição do recurso correto dentro do prazo recursal.**

**b) Na aplicação da teoria da causa madura na apelação, o tribunal, ao julgar o mérito, poderá analisar todos os capítulos da sentença, independentemente de eles terem sido objeto do recurso.**

**c) O efeito regressivo deve ser utilizado como regra na apelação, à exceção dos casos em que ocorrida a improcedência liminar do pedido ou o indeferimento da petição inicial.**

**d) Se o agravo de instrumento contra decisão que julgou parcialmente o mérito for conhecido e não provido em decisão não unânime o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.**

**e) A existência de premissa equivocada para a solução da causa permite a oposição de embargos de declaração, conforme entendimento do STJ e do STF.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema recursos.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a interposição de recurso manifestamente incabível, mesmo que seguida da desistência e da apresentação do recurso correto dentro do prazo legal, impede o conhecimento de ambos os recursos. Confira-se: “Se a parte interpõe o recurso errado, percebe o equívoco e, ainda dentro do prazo, maneja o recurso correto, ambos os recursos não serão conhecidos. STJ. 3ª Turma. REsp 2.075.284-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 8/8/2023”.

A alternativa B está incorreta. O art. 1.013, § 3º, do CPC delimita de forma clara os casos em que o tribunal pode aplicar a teoria da causa madura no julgamento da apelação. Vejamos: “Art. 1013, § 3º Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando: I - reformar sentença fundada no art. 485 ; II - decretar a nulidade da sentença por não ser ela congruente com os limites do pedido ou da causa de pedir; III - constatar a omissão no exame de um dos pedidos, hipótese em que poderá julgá-lo; IV - decretar a nulidade de sentença por falta de fundamentação”. Fora dessas hipóteses, a atuação do tribunal deve respeitar os limites da devolutividade recursal, ou seja, o tribunal só pode reapreciar os capítulos impugnados pelo recurso.

A alternativa C está incorreta. O chamado efeito regressivo da apelação não é a regra geral, mas sim exceção prevista expressamente em lei. Ele ocorre apenas em situações específicas, como no indeferimento da petição inicial (art. 331 do CPC), na improcedência liminar do pedido (art. 332, § 1º) ou em sentenças terminativas fundadas em questões processuais específicas (ex.: art. 485).

A alternativa D está incorreta. O art. 942, § 3º, II, do CPC dispõe que a técnica de ampliação do colegiado (quinto julgador) aplica-se aos casos de agravo de instrumento com decisão não unânime apenas quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito. No caso da questão, o enunciado afirma que o agravo foi conhecido e não provido, ou seja, a decisão de origem não foi reformada. Nessas hipóteses, não se aplica o art. 942 do CPC, pois o resultado do julgamento confirma a decisão anterior. Nesse sentido: “Art. 942, § 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em: II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito”.

A alternativa E está correta. Tanto o Superior Tribunal de Justiça quanto o Supremo Tribunal Federal reconhecem a possibilidade de oposição de embargos de declaração quando a decisão judicial se baseia em premissa fática equivocada. O STJ, no julgamento dos EDcl no REsp 1.011.235/RS, e o STF, no julgamento dos EDcl no AgR no RE 560.039/RS “RE 560039 AgR-ED / RS - RIO GRANDE DO SUL - STF: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ERRO DE PREMISSA FÁTICA. EXISTÊNCIA. TRIBUTÁRIO. ICMS. SERVIÇOS DE TRANSPORTE. ESTADO DO RIO

GRANDE DO SUL. REGIME ALTERNATIVO OPCIONAL DE APURAÇÃO DO VALOR DO TRIBUTO. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO CONDICIONADA AO NÃO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS (ESTORNO TOTAL). VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À TÉCNICA DA NÃO CUMULATIVIDADE. PRECEDENTE DO PLENÁRIO DO STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EXCEPCIONAIS EFEITOS INFRINGENTES, PARA PROVER O RECURSO EXTRAORDINÁRIO DO ESTADO. AGRAVO INTERNO DO DESPACHO DE SOBRESTAMENTO PREJUDICADO. Decisão: A Turma, por maioria, acolheu os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para dar provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 11 a 18.8.2017”.

**QUESTÃO 39. O Ministério Público do estado X propôs ação civil pública contra o estado X e concessionária do serviço público de saúde, requerendo tutela de urgência para que houvesse a disponibilização imediata de 1.000 leitos de UTI distribuídos em diversos municípios, bem como requerendo, subsidiariamente, caso não fosse determinado o pedido inicial, que o estado fizesse plano para a instalação dos referidos leitos. O juiz da vara da fazenda pública da comarca da capital do estado X deferiu a tutela provisória requerida (instalação imediata de 1.000 leitos de UTI). O estado requerido propôs suspensão da liminar demonstrando grave lesão à economia pública, uma vez que cada leito custaria 180 mil reais, o que totalizaria 180 milhões de reais. O presidente do tribunal de justiça do estado X acolheu o pedido de suspensão.**

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) A concessionária do serviço público de saúde não teria legitimidade para a propositura do pedido de suspensão, ainda que fosse relativa à atividade concedida, ante a ausência de previsão legal.
- b) A decisão do presidente do tribunal de justiça do estado X vigorará até que haja a análise do mérito em sentença de primeiro grau de jurisdição.
- c) Antes do deferimento da suspensão, deveria o presidente do tribunal de justiça do estado X ter determinado a oitiva do Ministério Público no prazo de 72 horas.
- d) Caso o órgão especial do tribunal de justiça do estado X mantenha a suspensão, o Ministério Público pode propor suspensão perante o STF contra a decisão do presidente do referido tribunal e do próprio órgão especial, alegando grave lesão à saúde pública.
- e) A suspensão da liminar não impede que o juiz de primeiro grau analise o pedido subsidiário, uma vez que não se relaciona com a grave lesão apontada pelo requerido e considerada na decisão do presidente do tribunal de justiça do estado X.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema suspensão de liminar.

A alternativa A está incorreta. Embora o art. 4º da Lei 8.437/1992 trate da legitimidade para o pedido de suspensão de liminar de forma centrada na figura do ente público ou do Ministério Público, a

jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem ampliado essa legitimidade em situações excepcionais. Segundo entendimento consolidado, pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviço público por delegação do Estado — como concessionárias — podem, sim, propor pedido de suspensão de liminar, desde que atuem na defesa do interesse público primário, vinculado à prestação adequada e eficiente do serviço público. Nesse sentido, destaca-se o julgado da Corte Especial do STJ no AgInt na SLS 3169/RS: “As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público ou no exercício de função delegada pelo Poder Público possuem legitimidade para pedir a suspensão de liminar, desde que o façam na defesa do interesse público primário. STJ. Corte Especial. AgInt na SLS 3169-RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 15/3/2023 (Info 768)”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 4º, § 9º da Lei 8.437/1992, a suspensão de liminar concedida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal, e não apenas até a sentença de primeiro grau: “Art. 4, § 9o A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 4º, § 2º, da Lei 8.437/1992, a oitiva do autor da ação e do Ministério Público é facultativa e não obrigatória: “Art. 4, § 2o O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas”.

A alternativa D está correta. Conforme o art. 4º, § 4º, da Lei 8.437/1992: “Art. 4º, § 4o Se do julgamento do agravo de que trata o § 3o resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

A alternativa E está incorreta. Não há essa previsão.

**QUESTÃO 40. Acerca da sentença, da coisa julgada e da remessa necessária, assinale a opção correta.**

**a) As decisões proferidas pelo STF em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado que tenham adotado entendimento em sentido contrário àqueles precedentes, nas relações de trato continuado em matéria tributária, respeitadas a irretroatividade, da anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.**

**b) As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade que tenham sido proferidas anteriormente à instituição do regime de repercussão geral impactarão automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, quando se tratar das relações jurídicas tributárias de trato sucessivo.**

**c) Havendo acórdão de julgamento originário no tribunal de justiça de determinado estado condenando o referido ente em valor superior a 500 salários mínimos em causa que verse sobre matéria inédita, a matéria deverá ser remetida ao STJ para julgamento de remessa necessária.**

**d) A remessa necessária se verifica pela necessidade de reexame da sentença pelo tribunal, a fim de que esta possa produzir efeitos, podendo a análise do tribunal, inclusive, agravar a situação do ente público.**

**e) Na hipótese de relação jurídica de trato sucessivo, ultrapassado o prazo para eventual ação rescisória, não há possibilidade de revisão do que tenha sido estatuído na sentença, mesmo na superveniência de modificação no estado de fato ou de direito.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos temas sentença, da coisa julgada e da remessa necessária.

Para responder o exigido pela Banca, é necessário o conhecimento do Tema 881. Vejamos: “. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo”. Assim,

A alternativa A está correta. É exatamente o que consta do Tema 881.

A alternativa B está incorreta. Contrariamente ao que afirma o enunciado, as decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade anteriores ao regime da repercussão geral não têm o condão de afastar automaticamente a coisa julgada, mesmo em matéria tributária de trato sucessivo. Essa orientação foi explicitamente rejeitada no mesmo Tema 881, já mencionado.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão legal nesse sentido.

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sintetizada na Súmula 45, estabelece que: “No reexame necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública”.

A alternativa E está incorreta. Em se tratando de relações jurídicas de trato sucessivo, mesmo após o trânsito em julgado da sentença, é possível sua revisão quanto aos efeitos futuros, quando houver superveniência de mudança no estado de fato ou de direito (Tema 881).

**QUESTÃO 41. No que concerne ao cumprimento de sentença e à ação rescisória, assinale a opção correta.**

**a) A interpretação diversa quanto a fatos e provas constitui erro de fato capaz de ensejar a propositura de ação rescisória.**

**b) O interessado poderá apresentar a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial amparado em norma jurídica ou interpretação jurisdicional considerada inconstitucional pelo**

**STF, seja a decisão do STF anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, ressalvada a hipótese de preclusão.**

**c) Uma vez que é procedimento próprio, a ação rescisória não possibilita a aplicação de improcedência liminar, ainda que o pedido contrarie acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos.**

**d) A demora na citação por informação equivocada do endereço do réu na ação rescisória não acarreta o reconhecimento de decadência, desde que a ação seja proposta dentro do prazo legal.**

**e) O prazo decadencial para a propositura de ação rescisória contra título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado(a) inconstitucional pelo STF posteriormente à coisa julgada tem como termo inicial o trânsito em julgado da decisão do título rescindendo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos temas cumprimento de sentença e ação rescisória.

A alternativa A está incorreta. O erro de fato, previsto como hipótese de ação rescisória no art. 966, VIII, do CPC, não se confunde com erro de julgamento ou com a má apreciação de provas. Vejamos: “Art. 966, VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos. § 1º Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado”. “A má apreciação das provas colhidas nos autos não configura erro de fato a autorizar a rescisória. (STJ, AgRg no REsp 862.892)”. “Não configura erro de fato a ser rescindido por ação rescisória a má apreciação da prova constante dos autos (STJ, REsp 1.082.101)”. “Se houve controvérsia na demanda primitiva, a hipótese é de erro de julgamento e não de erro de fato. (AgInt no AREsp 1125200/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/04/2018)”.

A alternativa B está correta. A tese aqui abordada decorre do recente julgamento da AR 2.876 QO/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, no STF, cujo teor foi sintetizado no Informativo 1177: “O § 15 do art. 525 e o § 8º do art. 535 do Código de Processo Civil devem ser interpretados conforme à Constituição, com efeitos ex nunc, no seguinte sentido, com a declaração incidental de inconstitucionalidade do § 14 do art. 525 e do § 7º do art. 535: 1. Em cada caso, o Supremo Tribunal Federal poderá definir os efeitos temporais de seus precedentes vinculantes e sua repercussão sobre a coisa julgada, estabelecendo inclusive a extensão da retroação para fins da ação rescisória ou mesmo o seu não cabimento diante do grave risco de lesão à segurança jurídica ou ao interesse social. 2. Na ausência de manifestação expressa, os efeitos retroativos de eventual rescisão não excederão cinco anos da data do ajuizamento da ação rescisória, a qual deverá ser proposta no prazo decadencial de dois anos contados do trânsito em julgado da decisão do STF. 3. O interessado poderá apresentar a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial amparado em norma jurídica ou interpretação jurisdicional considerada inconstitucional pelo STF, seja a decisão do STF anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, salvo preclusão (Código de Processo Civil, arts. 525, caput, e 535, caput). STF. Plenário. AR 2.876 QO/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 24/04/2025 (Info 1177)”.

A alternativa C está incorreta. A ação rescisória admite, sim, improcedência liminar, conforme previsto no art. 968, § 4º do CPC: “§ 4º Aplica-se à ação rescisória o disposto no art. 332”.

A alternativa D está incorreta. O prazo para a ação rescisória é decadencial, de dois anos, nos termos do art. 975 do CPC, contado do trânsito em julgado da decisão rescindenda. Como regra geral, a propositura da ação rescisória deve ser acompanhada da citação válida do réu, sob pena de ineficácia da propositura quanto à interrupção do prazo. Se a demora na citação decorre de equívoco do autor (como erro no endereço) e o prazo decadencial transcorre sem a citação válida, haverá o reconhecimento da decadência.

A alternativa E está incorreta. Em se tratando de ação rescisória fundada em declaração de inconstitucionalidade superveniente pelo STF, a jurisprudência firmada no julgamento da AR 2.876 QO/DF determinou que o prazo decadencial de dois anos começa a correr do trânsito em julgado da decisão do STF, e não da decisão rescindenda: “2. Na ausência de manifestação expressa, os efeitos retroativos de eventual rescisão não excederão cinco anos da data do ajuizamento da ação rescisória, a qual deverá ser proposta no prazo decadencial de dois anos contados do trânsito em julgado da decisão do STF”.

**QUESTÃO 42. Acerca da reclamação dos recursos de competência do STJ e do STF, assinale a opção correta.**

**a) Ajuizada a reclamação antes do trânsito em julgado da decisão reclamada, e não suspenso liminarmente o processo principal, a eficácia de tudo o que nele for decidido posteriormente, incluído o eventual trânsito em julgado do provimento que se tache de contrário à autoridade de acórdão do STF, será desconstituída pela procedência da reclamação.**

**b) Segundo a jurisprudência do STJ, é cabível reclamação para impugnar decisão que desrespeite acórdão proferido em recurso especial repetitivo, desde que esteja esgotada a instância ordinária.**

**c) Será cabível recurso de embargos de divergência quando julgamento de reclamação por turma do STF divergir de posicionamento de outra turma ou do Plenário.**

**d) Serão cabíveis embargos de divergência no recurso especial quando acórdão de órgão fracionário divergir do julgamento de qualquer outro órgão do STJ acerca do mérito ou dos requisitos recursais, haja vista a necessidade de uniformização do entendimento da referida Corte.**

**e) É cabível recurso especial para impugnar acórdão de tribunal de justiça que tenha dado prevalência a lei local contestada em face de lei federal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema recursos.

A alternativa A está correta. O artigo 988, § 6º, do CPC prevê que a inadmissibilidade ou julgamento do recurso interposto contra decisão do órgão reclamado não prejudica o prosseguimento da reclamação: “Art. 988, § 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação”.

Ademais: “Ação constitucional julgada procedente. Decisão ofensiva à autoridade do acórdão da ADI 3.395. Trânsito em julgado no curso do processo da reclamação. Inaplicabilidade da súmula 734. Embargos recebidos como agravo. Improvimento deste. Admite-se reclamação contra decisão que só transitou em julgado após seu ajuizamento. (STF, Rcl 5821 ED, Relator: Min. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 14/10/09) No mesmo sentido: Embora o processo originário tenha transitado em julgado em 18/8/2011, tal fato não é prejudicial à continuidade da reclamação constitucional, uma vez que ajuizada antes do trânsito em julgado. (STF, Rcl 8934-ED, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 01/12/2011.)”.

A alternativa B está incorreta. Segundo o STJ, o art. 988, §5º, II não autoriza o uso da reclamação, não sendo instrumento adequado para o controle da aplicação dos entendimentos firmados pelo STJ em recursos especiais repetitivos.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 1.043 do CPC: “Art. 1043, I - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito; III - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia”.

A alternativa D está incorreta. Apesar de conter elementos doutrinários corretos sobre a ampliação do cabimento dos embargos de divergência com o CPC/2015, a alternativa D está incorreta quanto à abrangência do instrumento. A redação atual do art. 1.043 do CPC, especialmente após a revogação do inciso II pela Lei nº 13.256/2016, restringiu o cabimento dos embargos de divergência à hipótese de divergência entre julgamentos de mérito ou de conhecimento com análise da controvérsia recursal. A revogação da possibilidade de embargos por divergência quanto à admissibilidade recursal afastou a uniformização de jurisprudência sobre aspectos meramente processuais. Além disso, não basta a existência de divergência entre órgãos fracionários: é essencial que ambos os acórdãos tenham enfrentado o mérito do recurso ou, ao menos, a questão controvertida. O STJ, inclusive, por meio da Súmula 315, veda expressamente o cabimento de embargos de divergência contra acórdão que apenas inadmite o recurso especial. O REsp 1.848.832/RO é exemplo emblemático, demonstrando que embargos não são admitidos contra decisão que não aprecia a controvérsia: “O não cabimento dos embargos de divergência no caso concreto é bastante claro, em virtude de não ter sido analisado o mérito do recurso especial no acórdão embargado, atraindo a incidência da Súmula 315 do STJ: “Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.”. (...) A hipótese dos autos não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento analisadas acima, pois o acórdão embargado manteve decisão que não conheceu do recurso especial interposto pela parte ora recorrente e não chegou a apreciar a controvérsia objeto dos embargos de divergência. STJ, REsp. n. 1848832/RO, Rel. Min. Og Fernandes, d.j. 25/08/2021”.

A alternativa E está incorreta. O recurso cabível não é o recurso especial ao STJ, mas sim o recurso extraordinário ao STF, nos termos do art. 102, III, "d", da Constituição Federal: “Art. 102, III, d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal”.

**QUESTÃO 43. Assinale a opção correta a respeito do sistema de precedentes brasileiro e do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).**

a) A interposição de recurso especial contra acórdão que tenha julgado IRDR será cabível quando houver a fixação da tese, analisando-se ou não o caso concreto, haja vista a necessidade de o STJ uniformizar o tratamento da lei federal.

b) No âmbito do IRDR, o ingresso na qualidade de *amicus curiae* não concede ao terceiro a possibilidade de recorrer.

c) A revisão da tese jurídica firmada no IRDR far-se-á de ofício ou mediante requerimento de uma das partes, do Ministério Público ou da defensoria pública.

d) Da decisão proferida por tribunal de justiça em sede de IRDR é cabível, conforme o caso, recurso especial ou recurso extraordinário, que terá efeito suspensivo *ope iudicis*.

e) De acordo com a jurisprudência do STJ, quando houver a interposição de recurso especial, haverá possibilidade de instauração de incidente de assunção de competência na referida Corte, porém não haverá possibilidade de instauração de IRDR.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

A alternativa A está incorreta. O STJ assentou que não é sempre que caberá Recurso Especial do julgamento do IRDR. Assim: “Não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR, por ausência de “causa decidida”. O REsp é cabível apenas naquele que se aplica a tese fixada, que resolve a lide, desde que observados os demais requisitos do art. 105, III, CRFB e CPC/15. STJ, CE, REsp 1.798.374-DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, d.j. 18/05/22, info 737”.

A alternativa B está incorreta. O artigo 138, § 3º, do CPC é expresso ao autorizar o *amicus curiae* a recorrer da decisão que julgar o IRDR: “Art. 138, § 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o artigo 986 do CPC, a revisão da tese jurídica firmada no IRDR pode ser feita de ofício ou a requerimento dos legitimados previstos no art. 977, III. São legitimados: o Ministério Público, a Defensoria Pública, e, por interpretação doutrinária e jurisprudencial, também as partes. O Enunciado 143 do II Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC) reforça que as partes também podem requerer a revisão da tese jurídica. Vejamos: “Art. 986. A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III”. “Art. 977, III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição”. Não há menção à possibilidade de as partes do processo originário suscitarem a revisão da tese. De toda forma, a doutrina entende cabível. “Enunciado 143, II JDPC do CJF: A revisão da tese jurídica firmada no incidente de resolução de demandas repetitivas pode ser feita pelas partes, nos termos do art. 977, II, do CPC/2015”.

A alternativa D está incorreta. Embora o artigo 987, § 1º, do CPC disponha que o recurso especial ou extraordinário interposto contra decisão proferida em sede de IRDR tem efeito suspensivo, este efeito é *ope legis*, e não *ope iudicis*. Confira-se: “Art. 987. Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso

extraordinário ou especial, conforme o caso. § 1º O recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida”.

A alternativa E está correta. O STJ já firmou entendimento no sentido de que não é possível a instauração de IRDR na instância superior (STJ ou STF), porque o incidente pressupõe repetição de processos em curso na jurisdição de um mesmo tribunal de segundo grau, conforme o art. 976 do CPC. No entanto, é possível a instauração de incidente de assunção de competência (IAC) nos tribunais superiores quando houver relevante questão de direito, com grande repercussão social, mas sem repetição em múltiplos processos, nos termos do art. 947, CPC: “Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos”.

**QUESTÃO 44. Assinale a opção que apresenta corretamente as características dos processos estruturais, de acordo com a doutrina majoritária.**

**a) multipolaridade; possibilidade de solução por intermédio de única decisão; (estado de desconformidade estrutural.**

**b) estado de desconformidade estrutural, necessidade de reestruturação de uma política ou instituição; possibilidade de resolução por intermédio de única decisão.**

**c) necessidade de reestruturação de uma política ou instituição; multipolaridade; possibilidade de solução por intermédio de única decisão.**

**d) busca de um estado ideal das coisas; necessidade de reestruturação de uma política ou instituição; possibilidade de resolução por intermédio de única decisão.**

**e) estado de desconformidade estrutural; busca de um estado ideal das coisas; necessidade de reestruturação de uma política ou instituição.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema processos estruturais.

Essa alternativa contempla os elementos essenciais dos processos estruturais, conforme delineado por Didier e Zaneti: - Estado de desconformidade estrutural: situação duradoura de ineficiência ou inconstitucionalidade, geralmente institucional, que viola direitos de forma contínua ou sistêmica. - Busca de um estado ideal das coisas: o processo estrutural não visa apenas resolver um conflito pontual, mas instaurar uma situação legítima, constitucional, efetiva e funcional no lugar do estado disfuncional. - Necessidade de reestruturação de uma política ou instituição: impõe-se a transformação de políticas públicas, normas internas, condutas administrativas, ou até da organização de um ente estatal (como saúde pública, sistema penitenciário, sistema de proteção à infância etc.).

**QUESTÃO 45. No que se refere às ações constitucionais, ao controle concentrado de constitucionalidade e à competência originária do STF, assinale a opção correta.**

**a) Na hipótese de norma regulamentadora inconstitucional, há possibilidade de impetração de mandado de injunção com o objetivo de suprir a omissão legislativa, diante da invalidade da norma.**

**b) As liminares da ação direta de inconstitucionalidade têm eficácia erga omnes e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública, sejam concessivas sejam denegatórias.**

**c) O Poder Judiciário pode realizar controle preventivo de constitucionalidade por intermédio de mandado de segurança impetrado por parlamentar quando, no âmbito da tramitação de proposta de emenda constitucional, houver afronta a cláusula pétrea.**

**d) A competência para julgar litígio que envolva colisão entre veículo da Polícia Federal e ambulância do Distrito Federal é do STF, pois se trata de causa entre União e Distrito Federal.**

**e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem legitimidade para a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental, porém deve demonstrar pertinência temática.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. Segundo o STJ: “Para o cabimento do mandado de injunção, é imprescindível a existência de direito previsto na Constituição que não esteja sendo exercido por ausência de norma regulamentadora. O mandado de injunção não é remédio destinado a fazer suprir lacuna ou ausência de regulamentação de direito previsto em norma infraconstitucional e, muito menos, de legislação que se refere a eventuais prerrogativas a serem estabelecidas discricionariamente pela União. STJ. Corte Especial. MI 324-DF, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 19/02/2020”.

A alternativa B está incorreta. A decisão que indefere (denega) a liminar em ADI não possui efeito vinculante nem eficácia erga omnes.

A alternativa C está correta. O STF firmou o entendimento de que pode exercer um controle preventivo incidental quando provocado por um parlamentar (que tem direito líquido e certo a um devido processo legislativo), por meio de mandado de segurança. Esta intervenção excepcionalíssima é admitida em duas hipóteses estritas: (i) para coibir a tramitação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que viole manifestamente uma cláusula pétrea (art. 60, § 4º, da CF); ou (ii) quando houver vício de procedimento na tramitação de qualquer proposição legislativa, que afronte as regras constitucionais sobre o processo legislativo. Nestes casos, o Judiciário não está se imiscuindo no mérito político da futura norma, mas sim garantindo a supremacia da Constituição no próprio processo de sua elaboração. A jurisprudência citada (MS 32.033/DF) é o paradigma sobre o tema.

A alternativa D está incorreta. A competência originária do STF para julgar causas entre a União e o Distrito Federal, prevista no art. 102, I, "f", da Constituição, é interpretada de forma restritiva pela

própria Corte. O STF entende que sua competência originária nessas hipóteses não é acionada por qualquer litígio, mas apenas por aqueles capazes de gerar um abalo ao pacto federativo (Rcl 12957/AM).

A alternativa E está incorreta. O art. 103 da Constituição Federal elenca os legitimados para as ações do controle concentrado. A doutrina e a jurisprudência do STF dividem esses legitimados em dois grupos: os universais e os especiais. Os legitimados universais (Presidente da República, Mesas do Senado e da Câmara, Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da OAB) podem propor as ações sobre qualquer tema, pois atuam na defesa da ordem constitucional de forma abstrata, não precisando demonstrar que a norma impugnada afeta seus interesses diretos.

**QUESTÃO 46. No que concerne aos juizados especiais, assinale a opção correta.**

**a) O acórdão proferido pela turma recursal dos juizados especiais pode ser impugnado por recurso especial, caso viole lei federal, ou recurso extraordinário, caso viole a CF.**

**b) No sistema dos Juizados especiais, os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição dos demais recursos.**

**c) A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí goza de prazo em dobro para a interposição de recurso extraordinário contra decisão de turma recursal dos juizados especiais.**

**d) Diante da ausência de comprovação do preparo de recurso nos juizados especiais, o recorrente deve ser intimado à realização do pagamento em dobro do valor.**

**e) O recurso nos juizados especiais terá efeito suspensivo *ope iudicis*.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema juizados especiais.

A alternativa A está incorreta. Não cabe Resp, mas apenas Recurso Extraordinário. Vejamos: “Súmula 203-STJ: Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”. “Súmula 640-STF: É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal”.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 50 da Lei nº 9.099/95 (com redação dada pelo CPC/2015), “Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso”.

A alternativa C está incorreta. A Fazenda Pública litiga com prazo simples, idêntico ao do particular: “Lei 12153/09, Art. 7º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias” e “Lei 10259/01, Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias”.

A alternativa D está incorreta. Incorreta, mas pode gerar controvérsia. A Lei nº 9.099/95, em seu art. 42, § 1º, é taxativa ao dispor que o preparo do recurso deve ser feito nas 48 horas seguintes à interposição, sob pena de deserção. A lei especial não prevê a possibilidade de intimação para sanar o vício ou complementar o valor, como faz o art. 1.007, §§ 2º e 4º, do CPC. Pelo princípio da especialidade, a norma da Lei nº 9.099/95 prevalece sobre a norma geral do CPC. Ainda que existam enunciados de fóruns de processualistas (como o Enunciado 98 do FPPC) defendendo a aplicação subsidiária da regra do CPC em nome da primazia do julgamento de mérito, para fins de concurso público, o candidato deve se ater à literalidade da lei especial: a ausência do preparo no prazo acarreta a deserção imediata, sem intimação para regularização. “Art. 42. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. § 1º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção”. “Enunciado 98, FPPC: (art. 1.007, §§ 2º e 4º) O disposto nestes dispositivos aplica-se aos Juizados Especiais”.

A alternativa E está correta. O art. 43 da Lei nº 9.099/95 estabelece a regra geral de que o recurso inominado nos Juizados Especiais terá apenas efeito devolutivo: “Art. 43. O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte”.

**QUESTÃO 47. Norma municipal que obriga, no âmbito da circunscrição do respectivo município, a substituição de sacolas plásticas por sacolas biodegradáveis obedece ao critério da competência ambiental:**

- a) legislativa comum.
- b) legislativa privativa.
- c) administrativa suplementar.
- d) legislativa suplementar.
- e) administrativa concorrente.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Competências em Direito Ambiental.

Acerca da competência em matéria ambiental, o art. 24, VI, da CF, assim determina: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;”. E o artigo 30, II, da CF, complementa: “Art. 30. Compete aos Municípios: II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;”. Nesse sentido, o STF fixou o Tema 970 de Repercussão Geral, que dita o seguinte: “É constitucional - formal e materialmente - lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis. Os municípios – no limite de seu interesse local e desde que em harmonia com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados – possuem competência para legislar sobre meio ambiente, e, caso sua regulamentação seja mais protetiva, pode ter prevalência sobre a legislação federal ou estadual.” (STF. Plenário. RE

732686/SP, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 19/10/2022 (Repercussão Geral – Tema 970)). Portanto, a alternativa correta é a letra D: Norma municipal que obriga, no âmbito da circunscrição do respectivo município, a substituição de sacolas plásticas por sacolas biodegradáveis obedece ao critério da competência ambiental legislativa suplementar.

**QUESTÃO 48. De acordo com o regramento aplicável ao licenciamento ambiental, poderá ser estabelecido procedimento simplificado para atividades e empreendimentos de (pequeno potencial de impacto ambiental, mediante sua:**

- a) aprovação pelo respectivo Conselho de Meio Ambiente.**
- b) comunicação órgão ou à entidade ambiental licenciadora.**
- c) aprovação pelo órgão ou pela entidade ambiental licenciadora.**
- d) aprovação pela respectiva secretaria de meio ambiente.**
- e) comunicação ao respectivo conselho de meio ambiente.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Licenciamento Ambiental.

Quanto aos empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, o art. 12, § 1º, da Resolução nº 237/97 do CONAMA que define o rito, a seguir: “Art. 12 - O órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação. § 1º - Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, que deverão ser aprovados pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente.” Portanto, a alternativa correta é a letra A: Poderá ser estabelecido procedimento simplificado para atividades e empreendimentos de (pequeno potencial de impacto ambiental, mediante sua aprovação pelo respectivo Conselho de Meio Ambiente.

**QUESTÃO 49. A exploração econômica de reserva legal, mediante manejo sustentável, depende de aprovação prévia pelo órgão competente do SISNAMA e poderá ocorrer na modalidade de exploração florestal com propósito comercial, desde que, entre outras diretrizes:**

- a) garanta a remoção segura de espécies locais.**
- b) seja assegurada a compensação pela remoção de vegetação nativa.**
- c) mantenha 50% de espécies nativas.**

**d) não descaracterize a cobertura vegetal.**

**e) resguarde a manutenção de exemplares de algumas espécies.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema

A Reserva Legal está definida no artigo 3º, III, do Código Florestal. Vejamos: “Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;”. No tocante à exploração econômica de reserva legal, esta é possível, desde que seguidas as diretrizes e orientações do art. 22 do Código Florestal. São elas: “Art. 22. O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial depende de autorização do órgão competente e deverá atender as seguintes diretrizes e orientações: I - não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área; II - assegurar a manutenção da diversidade das espécies; III - conduzir o manejo de espécies exóticas com a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas.” Portanto, a alternativa correta é a letra D: A exploração econômica de reserva legal, mediante manejo sustentável, poderá ocorrer na modalidade de exploração florestal com propósito comercial, desde que, entre outras diretrizes, não descaracterize a cobertura vegetal. As alternativas A, B, C e E ficam, assim, automaticamente incorretas, pois não constam no rol do art. 22 do Código Florestal.

**QUESTÃO 50. No âmbito da aplicação da política urbanas, os objetos de análise mínimos em estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) incluem:**

**a) patrimônio cultural e meio socioeconômico.**

**b) adensamento populacional e paisagem urbana.**

**c) saneamento básico e níveis de ruídos sonoros.**

**d) valorização imobiliária e recolhimento de tributos.**

**e) mobilidade urbana e níveis de poluição**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV).

Quanto aos objetos de análise mínimos em estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), o art. 37 do Estatuto da Cidade define quais são, vejamos: “Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: I –

adensamento populacional; II – equipamentos urbanos e comunitários; III – uso e ocupação do solo; IV – valorização imobiliária; V - mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público; VI – ventilação e iluminação; VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.” Portanto, conforme art. 37, I e VII, do Estatuto da Cidade, a alternativa correta é a letra B: Os objetos de análise mínimos em estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) incluem adensamento populacional e paisagem urbana. As alternativas A, C, D e E ficam, assim, automaticamente incorretas, pois não constam no rol do art. 37 do Estatuto da Cidade.

**QUESTÃO 51. De acordo com o atual entendimento jurisprudencial do STJ, a existência de danos extrapatrimoniais à coletividade por lesão ao meio ambiente será:**

- a) presumida quando houver constatação objetiva da degradação ambiental.**
- b) aferida de maneira (in re ipsa) e de acordo com critérios subjetivos como abalo psíquico da coletividade.**
- c) aferida de acordo com a extensão do dano e a responsabilidade do agente.**
- d) afastada quando houver possibilidade de recomposição do meio ambiente degradado.**
- e) aferida de acordo com o sofrimento causado a determinado grupo social.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Responsabilidade Ambiental, mais precisamente sobre Danos extrapatrimoniais à coletividade por lesão ao meio ambiente.

Quanto ao tema, o STJ definiu, no julgamento do REsp 2.200.069, o seguinte: “(...) II - A par da responsabilização por danos ambientais transindividuais de natureza material, o princípio da reparação integral impõe ampla recomposição da lesão ecológica, abrangendo, por conseguinte, compensação financeira pelos danos imateriais difusos, cuja constatação deve ser objetivamente aferida de modo in re ipsa, prescindindo-se de análises subjetivas de dor, sofrimento ou angústia. Inteligência dos arts. 1º, I, da Lei n. 7.347/1985, e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981. (...) IV - É impróprio afastar a ocorrência de danos extrapatrimoniais ao meio ambiente apenas com fundamento na extensão da área degradada, impondo-se, diversamente, apreciá-la tomando por parâmetro o aspecto cumulativo e sinérgico de ações múltiplas praticadas por agentes distintos, as quais, conquanto isoladamente não ostentem aspecto expressivo, resultam, em conjunto, em inescusável e injusta ofensa a valores fundamentais da sociedade, de modo emprestar efetividade ao princípio da reparação integral. V - A ilícita supressão de vegetação nativa situada na Floresta Amazônica contribui, de maneira inexorável, para a macro lesão ecológica à maior floresta tropical do planeta, cujos históricos índices de desmatamento põem em risco a integridade de ecossistema especialmente protegido pela ordem jurídica, razão pela qual todos aqueles que, direta ou indiretamente, praticam condutas deflagradoras de uma única, intolerável e injusta lesão ao bioma são corresponsáveis pelos danos ecológicos de cariz extrapatrimonial, modulando-se, no entanto, o quantum indenizatório na medida de suas respectivas culpabilidades.” (RECURSO ESPECIAL Nº 2200069 – MT. Min. Rel. Regina Helena Costa. Publicação no DJEN/CNJ de 21/05/2025).

Portanto, conforme entendimento do STJ (REsp 2.200.069), a alternativa correta é a letra C: A existência de danos extrapatrimoniais à coletividade por lesão ao meio ambiente será aferida de acordo com a extensão do dano e a responsabilidade do agente.

As alternativas A, B, D e E ficam, assim, automaticamente incorretas, pois não constantes na jurisprudência elencada.

**QUESTÃO 52. Assinale a opção correta em relação à política de destinação de terras públicas do estado do Piauí.**

**a) Os imóveis rurais estaduais em zonas urbanas ou de expansão urbana caracterizados por ato da autoridade municipal foram transferidos por força da Lei Estadual n.º 7.294/2019 aos municípios para a constituição de seus patrimônios.**

**b) A presença de conflito possessório entre particular e comunidades locais na área a ser regularizada importará no indeferimento sumário do pedido administrativo de regularização do imóvel.**

**c) Para limitar a concentração fundiária, a Constituição estadual e a legislação em vigor vedam a alienação ou a concessão de imóveis de uso individual com área igual ou superior a 2.500 hectares.**

**d) A atividade de turismo descaracteriza a área a ser regularizada como imóvel rural.**

**e) No processo de destinação de terras públicas estaduais, há prioridade para a regularização de territórios tradicionais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre política de destinação de terras públicas do estado do Piauí.

A alternativa A está incorreta. A Lei Estadual nº 7.294/2019 trata da regularização fundiária e não estabelece uma transferência automática e por força de lei de todos os imóveis rurais estaduais em zonas urbanas ou de expansão urbana para os municípios para a constituição de seus patrimônios (art. 4º da Lei 7.294/2019).

A alternativa B está incorreta. O conflito requer análise e mediação, não um indeferimento automático. E nesse sentido, a Lei nº 7.294/2019, assim como outras leis de regularização, prevê procedimentos para a identificação e tratamento de conflitos, buscando soluções que garantam a paz social e o direito à terra, especialmente para comunidades tradicionais e agricultores familiares, cooante o disposto no art. 15. Vejamos: “Art. 15. Em caso de conflito nas regularizações de ocupações incidentes em terras devolutas ou públicas estaduais de que trata este Capítulo, o Estado priorizará a regularização em benefício das comunidades locais, definidas no inciso X do art. 3º, da Lei nº 11.284, de 2006, se o conflito for entre essas comunidades e particular, pessoa natural ou jurídica. Parágrafo único. O INTERPI

notificará ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola - CEDERPA, ou outro que o substitua, às Defensorias Públicas e ao Ministério Público as áreas e situações conflituosas.”

A alternativa C está incorreta. O valor de 2.500 hectares não é uma vedação direta para toda alienação ou concessão individual de imóveis rurais estaduais. Para fins de regularização fundiária rural, os limites da pequena e média propriedade rural são mais relevantes, e a vedação busca a desconcentração, mas não há um limite fixo e vedado em 2.500 hectares para qualquer uso individual.

A alternativa D está incorreta. A mera presença de atividade de turismo não descaracteriza, por si só, um imóvel como rural. Inclusive, considera-se como um imóvel rural, conforme podemos verificar o disposto no art. 3º, IX da Lei 7.294/2019.

A alternativa E está correta, conforme o art. 5, I, Lei 7.294/2019. A referida lei dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural.

**QUESTÃO 53. Considerando o histórico e a situação da propriedade territorial rural no Brasil, assinale a opção correta.**

**a) O reconhecimento de direitos territoriais para comunidades quilombolas passou a ser resguardado em todo o território brasileiro apenas no ano de 1988, por meio de disposição constitucional transitória**

**b) A Lei de Terras de 1850 permitiu como medida compensatória à servidão a doação de lotes situados fora da faixa de fronteira para pequenos escravos libertos.**

**c) A Constituição Federal de 1891 não reconheceu competências patrimoniais aos estados federados.**

**d) O conceito de função social da propriedade rural foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição Federal de 1824.**

**e) O Estatuto da Terra foi o diploma legal que introduziu na legislação brasileira a possibilidade de confisco de imóveis rurais onde empregada mão de obra em condição análoga à de escravo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a evolução da propriedade territorial rural no Brasil

A alternativa A está correta, conforme o Art. 68, ADCT: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

A alternativa B está incorreta. Não há essa previsão. A Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601) é um marco na história fundiária brasileira, mas sua natureza foi justamente a de dificultar o acesso à terra para a população pobre e, em especial, para os recém-libertos.

Essa medida visava a criar um mercado de trabalho para os futuros libertos, que, sem acesso à terra, seriam forçados a vender sua força de trabalho.

A alternativa C está incorreta. A CF/1891 reconheceu competências patrimoniais aos entes federados.

A alternativa D está incorreta. Não foi a CF de 1824. Essa Constituição era liberal e individualista, focada na proteção do direito de propriedade de forma quase absoluta.

A alternativa E está incorreta. Foi a EC 81/2014, que alterou o artigo 243, CF.

**QUESTÃO 54. Julgue os seguintes itens, que dizem respeito a posses agrária e agroecológica.**

**I. Posse agrária e o exercício direto, contínuo e racional, durante certo tempo ininterrupto, de atividades agrárias em gleba de terra rural capaz de dar condições suficientes e necessárias ao seu uso econômico, gerando ao possuidor um poder jurídico de natureza/real definitiva com amplas repercussões no direito, considerados o progresso e o bem-estar econômico e social.**

**II. Posse agroecológica é a forma por meio da qual um grupo de famílias se apossa da terra, consideradas, nesse apossamento, as influências sociais, culturais, econômicas, jurídicas e ecológicas, sendo a posse materializada pelo apossamento familiar conjugado com área de uso comum, necessários para que o grupo social possa desenvolver suas atividades agroextrativistas de forma sustentável.**

**III. Não se pressupõe o animus domini para a caracterização e proteção das posses agrária e agroecológica.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre posse agrária. Para responder à questão, requereu do candidato o conhecimento doutrinário da matéria.

A alternativa E está correta, pois todos os itens estão certos. Vejamos.

O item I está certo. Este item oferece uma definição abrangente e precisa da posse agrária. Ela se diferencia da posse civil clássica por seu caráter produtivo e sua vinculação à função social da propriedade.

O item II está certo. Este item descreve a posse agroecológica, um conceito que ganhou relevância com o avanço das discussões sobre sustentabilidade e direitos de comunidades tradicionais, conforme José Heder Benatti assim explica. Ela vai além da mera produção econômica, incorporando a dimensão ambiental e social.

O item III está certo. No direito civil, a posse para fins de usucapião geralmente exige o animus domini (intenção de ter a coisa como sua, como proprietário), somado ao corpus (contato físico com a coisa). Já no Direito Agrário, em especial na usucapião especial rural (pro labore - Art. 191 da CF e Art. 1.239 do CC) e na usucapião familiar, e na caracterização das posses agrária e agroecológica, o foco não está tanto na intenção de ser proprietário, mas sim na posse-trabalho ou na posse produtiva/sustentável.

**QUESTÃO 55. Acerca do regime das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, julgue os seguintes itens.**

**I. De acordo com o art. 20 da CF, as terras indígenas demarcadas são bens da União e as demais são de propriedade dos estados federados.**

**II. As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas destinam-se a sua posse permanente por meio de cessão administrativa, cabendo-lhes o (direito de preferência) em processos de concessão pública para a exploração das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.**

**III. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato às terras logo que cesse o risco.**

**IV. A homologação da demarcação de terras indígenas é realizada pela Fundação nacional do Índio (FUNAI) e decorre do estudo de identificação da área reivindicada por indígenas e da delimitação do território.**

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre regime jurídico das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.

O item I é falso. As terras indígenas, demarcadas ou não, são bens da União (Art. 20, XI, CF)

O item II é falso. Nos termos do Art. 231, §2º, CF, a posse dos povos indígenas sobre essas terras é um direito originário, ou seja, é um direito que preexiste à própria formação do Estado brasileiro e que a Constituição apenas reconhece e garante. Não se trata de uma concessão ou doação do Estado, mas de um reconhecimento de um direito ancestral. A saber: “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

O item III é verdadeiro, pois este item reproduz fielmente o texto constitucional, o Art. 231, §5º, CF: “§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.”

O item IV é falso. Quem homologa é o Presidente da República, via decreto, nos termos do art. 5º do Decreto 1175/1996.

### **QUESTÃO 56. Julgue os seguintes itens, referentes ao conceito e à classificação do imóvel rural.**

**I. O módulo rural corresponde à mediana de todos os módulos rurais dos imóveis rurais de determinado município.**

**II. A pequena propriedade rural, quando trabalhada pela família, é considerada impenhorável para fins de pagamento de dívidas decorrentes da atividade produtiva, bem como não está sujeita ao confisco previsto no art. 243 da CF.**

**III. Imóvel rural é definido pela legislação brasileira como prédio rústico de área contínua que, independentemente de sua localização, se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre imóvel rural.

O item I está errado. O módulo fiscal que é a média dos módulos rurais. Sua utilização na classificação dos imóveis rurais está presente na Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), na definição de pequena propriedade (imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais) e média propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais), ficando entendido que o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais.

O item II está errado. A segunda parte do item está incorreta. O Art. 243 da CF/88, alterado pela EC nº 81/2014, prevê o confisco de propriedades rurais (e urbanas) onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, sem qualquer indenização ao proprietário, destinando-as à reforma agrária ou a programas de habitação popular. Ou seja, não é exceção ao confisco agrário.

O item III está certo. Esta é a definição clássica e legal de imóvel rural no Brasil, consagrada pelo Estatuto da Terra, nos termos do Art. 4, I: "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se: I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;"

**QUESTÃO 57. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno dos trabalhadores urbanos tem remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração tem um acréscimo de, pelo menos:**

**a) 50% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.**

**b) 20% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.**

**c) 20% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.**

**d) 25% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.**

**e) 20% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Adicional Noturno.

A CLT, em seu art. 73, caput e § 2º, traz o seguinte: “Art. 73. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna. (...) § 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.” Portanto, a alternativa correta é a letra C: A remuneração do trabalho noturno tem um acréscimo de, pelo menos, 20% sobre a remuneração da hora diurna, considerando-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas, pois trazem percentual ou período incorretos, conforme explicação acima.

**QUESTÃO 58. De acordo com a CLT, é facultado ao empregado converter, no máximo:**

**a) 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo.**

**b) 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 30 dias antes de término do período aquisitivo.**

**c) 2/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 10 dias antes do término do período aquisitivo.**

**d) 2/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo.**

**e) 2/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 30 dias antes do término do período aquisitivo.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Férias.

Na CLT, as disposições acerca das férias estão previstas nos artigos 129 e seguintes: “CLT, art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.” Especificamente acerca do abono pecuniário de férias, este permite a conversão de parte das férias em dinheiro. Está disposto no artigo 143, caput e § 1º, da CLT, vejamos: “Art. 143. É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. § 1º - O abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.” Portanto, a alternativa correta é a letra A: O empregado poderá converter, no máximo, 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, o qual deve ser requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo.”

**QUESTÃO 59. De acordo com o § 6º do art. 477 da CLT, a entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes e o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato de trabalho. É correto afirmar, de acordo com as orientações jurisprudenciais do TST, que a pessoa jurídica de direito público que não observe o referido prazo para pagamento das verbas rescisórias em contrato de emprego:**

**a) submete-se ao pagamento de multa em favor do empregado, correspondente ao valor fixado pelo juiz em sentença.**

**b) não está sujeita ao pagamento de multa em favor do empregado, por expressa previsão na CLT.**

**c) não está sujeita ao pagamento de multa em favor do empregado, diante das prerrogativas da Fazenda Pública consolidadas em entendimento sumulado do TST.**

**d) submete-se ao pagamento de multa em favor do empregado, correspondente a 50% do salário do empregado.**

**e) submete-se ao pagamento de multa em favor do empregado, correspondente a 100% do salário do empregado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Rescisão do Contrato de Trabalho.

De acordo com art. 477, caput, e §§ 6º e 8º, da CLT: “Art. 477. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo. (...) 6º A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato. (...) § 8º - A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.” E, no tocante à Fazenda Pública, a OJ 238 traz o seguinte regramento: “OJ 238, SBDI-1. MULTA. ART. 477 DA CLT. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. APLICÁVEL. Submete-se à multa do artigo 477 da CLT a pessoa jurídica de direito público que não observa o prazo para pagamento das verbas rescisórias, pois nivela-se a qualquer particular, em direitos e obrigações, despojando-se do "jus imperii" ao celebrar um contrato de emprego.” Portanto, a alternativa correta é a letra E: A Fazenda Pública se submete ao pagamento de multa em favor do empregado, correspondente a 100% do salário do empregado.

**QUESTÃO 60. No caso de falecimento de seu irmão, o empregado celetista:**

**a) poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 5 dias consecutivos.**

**b) poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 4 dias consecutivos.**

**c) poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 2 dias consecutivos.**

**d) não poderá deixar de prestar serviços e continuar a receber salário, por ausência de previsão legal.**

**e) poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 3 dias consecutivos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Interrupção do Contrato de Trabalho.

O artigo 473 traz uma série de situações nas quais o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, inclusive no caso de morte de parentes. Vejamos: “Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social (CTPS), viva sob sua dependência econômica;”. Portanto, a alternativa correta é a letra C: No caso de falecimento de irmão, o empregado celetista poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 2 dias consecutivos. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas, pois trazem quantitativo de dias incorreto, conforme explicação acima.

**QUESTÃO 61. No que se refere à negociação coletiva de trabalho, julgue os itens que se seguem.**

**I. No exame de convenção coletiva de trabalho, a justiça do trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, balizando sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.**

**II. Quando dispuser sobre teletrabalho, a convenção coletiva de trabalho terá prevalência sobre a lei.**

**III. Constitui objeto lícito de convenção coletiva de trabalho a redução de adicional de insalubridade.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Negociação Coletiva de Trabalho.

O Item I está correto. Conforme art. 8º, § 3º, da CLT: “§ 3º No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.”

O Item II está correto. Conforme art. 611-A, VIII, da CLT: “Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: (...) VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente;”.

O Item III está incorreto. Conforme art. 611-B, XVIII, da CLT: “Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (...) XVIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas;”.

**QUESTÃO 62. No procedimento ordinário do processo do trabalho, cada uma das partes somente poderá indicar:**

**a) cinco testemunhas para serem ouvidas e, terminada instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 10 minutos para cada uma.**

**b) duas testemunhas para serem ouvidas e, terminada a instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 5 minutos para cada uma.**

**c) três testemunhas para serem ouvidas e, terminada instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 10 minutos para cada uma.**

**d) cinco testemunhas para serem ouvidas e, terminada instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 5 minutos para cada uma.**

**e) três testemunhas para serem ouvidas e, terminada instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 5 minutos para cada uma.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Provas em Processo do Trabalho.

Acerca da prova testemunhal, o artigo 821 da CLT traz o seguinte: “Art. 821. Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.”

E, sobre a alegação de razões finais pelas partes, a CLT assim determina, em seu artigo 850: “Art. 850 - Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.” Portanto, a alternativa correta é a letra C: cada uma das partes somente poderá indicar 3 testemunhas para serem ouvidas e, terminada instrução processual, poderão as partes aduzir razões finais em prazo não excedente a 10 minutos para cada uma. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas, pois trazem quantitativo ou período de duração incorretos, conforme explicação acima.

**QUESTÃO 63. Contra as decisões definitivas ou terminativas proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) em dissídios coletivos em processos de sua competência originária:**

- a) é cabível a interposição de recurso de revista, no prazo de 8 dias, para o TST.**
- b) é cabível a interposição de agravo de instrumento, no prazo de 8 dias, para o TRT.**
- c) é cabível a interposição de recurso ordinário, no prazo de 8 dias, para o TST.**
- d) não é cabível a interposição de recurso, mas apenas a impetração de mandado de segurança.**
- e) é cabível a interposição de agravo interno, no prazo de 8 dias, para o TRT.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Recursos em Processo do Trabalho.

A alternativa A está incorreta. Não é caso de cabimento de Recurso de Revista. Tais hipóteses estão previstas no art. 896 da CLT, vejamos: “Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal; b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea a; c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.”

A alternativa B está incorreta. Não é caso de cabimento de Agravo de Instrumento. Tais hipóteses estão previstas no art. 897, “b”, da CLT, vejamos: “Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.”

A alternativa C está correta. Conforme art. 895 da CLT: “Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior: I - das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito)

dias; e II - das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.”

A alternativa D está incorreta. É cabível o Recurso Ordinário, conforme explicação da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Não é caso de cabimento de Agravo Interno. Tais hipóteses estão previstas no art. 1.021 do CPC, vejamos: “Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.”

**QUESTÃO 64. Considerando-se o disposto na CLT e em súmula do TST, é correto afirmar que, no âmbito do processo trabalhista, ao advogado:**

**a) serão devidos honorários de sucumbência fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor atualizado da causa ou sobre o valor que resultar da liquidação da sentença ou do proveito econômico obtido, aplicando-se os percentuais específicos de honorários advocatícios contemplados no CPC caso a ação seja contra a Fazenda Pública.**

**b) serão devidos honorários de sucumbência fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 10% sobre o valor atualizado da causa, necessariamente, inclusive nas ações contra a Fazenda Pública.**

**c) serão devidos honorários de sucumbência fixados entre o mínimo de 10% o máximo de 20%, inclusive nas ações contra a Fazenda Pública, sobre o valor atualizado da causa ou sobre o valor que resultar da liquidação da sentença ou do proveito econômico obtido.**

**d) não serão devidos honorários de sucumbência, por expressa previsão legal.**

**e) serão devidos honorários de sucumbência, salvo nas ações contra a Fazenda Pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Honorários Advocatícios em Processo do Trabalho.

A Reforma Trabalhista inseriu o art. 791-A à CLT, alterando o regramento anterior dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, de maneira que passaram a ser devidos, em qualquer processo, honorários advocatícios de sucumbência. Vejamos: “Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.”

Adicionalmente, acerca do cabimento nas ações contra a Fazenda, a doutrina: “Vale destacar que os honorários advocatícios são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública; em que a parte estiver assistida pelo sindicato de sua categoria (arts. 14 et seq da Lei n. 5.584/1970); ou substituída

processualmente pelo sindicato de sua categoria.” (Direito Processual do Trabalho PGE-PI - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 7.1.3 Honorários advocatícios sucumbenciais - Livro Digital Interativo). Portanto, a alternativa correta é a letra A: No processo trabalhista, ao advogado serão devidos honorários de sucumbência fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor atualizado da causa ou sobre o valor que resultar da liquidação da sentença ou do proveito econômico obtido, aplicando-se os percentuais específicos de honorários advocatícios contemplados no CPC caso a ação seja contra a Fazenda Pública.

**QUESTÃO 65. A decisão que acolhe o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, na fase de cognição do processo trabalhista, tem natureza:**

**a) interlocutória, não sendo cabível recurso de imediato contra ela.**

**b) definitiva, sendo cabível recurso ordinário contra ela.**

**c) interlocutória, sendo cabível agravo de petição contra ela.**

**d) interlocutória, sendo cabível recurso ordinário contra ela.**

**e) definitiva, sendo cabível agravo interno contra ela.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Intervenção de Terceiros, mais precisamente sobre o Incidente de Desconconsideração da Personalidade Jurídica no Processo Trabalhista.

O CPC institui regras para o processamento da desconconsideração da personalidade jurídica da empresa, prevendo o incidente processual específico em seus arts. 133 a 137. Por sua vez, a CLT, em redação conferida pela reforma trabalhista, define que os dispositivos do CPC sobre o incidente de desconconsideração se aplicam no processo do trabalho, conforme texto do art. 855-A, a seguir: “Art. 855-A. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. § 1º Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente: I - na fase de cognição, não cabe recurso de imediato, na forma do § 1º do art. 893 desta Consolidação; II - na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo; III - cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.” Portanto, conforme art. 855-A, § 1º, I, da CLT, a alternativa correta é a letra A: A decisão que acolhe o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, na fase de cognição do processo trabalhista, tem natureza interlocutória, não sendo cabível recurso de imediato contra ela.

**QUESTÃO 66. Assinale a opção correta acerca da responsabilidade tributária.**

a) A responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato, salvo disposição de lei em contrário.

b) Uma empresa que deixe de funcionar no seu domicílio fiscal e de comunicar essa mudança aos órgãos competentes legitima o redirecionamento da execução fiscal para o sócio gerente, o que configura uma presunção *juris tantum* de dissolução irregular, à luz da jurisprudência do STJ.

c) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos *intra vires* por eles praticados.

d) Segundo o CTN, são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados dentro do escopo do contrato de trabalho, entre outros, os mandatários, prepostos e empregados.

e) De acordo com o entendimento do STJ, o inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre responsabilidade tributária.

A alternativa A está incorreta. O art. 136 do CTN determina que a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável. CTN, Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

A alternativa B está correta. A alternativa trouxe o entendimento sumulado pelo STJ. Súmula 435-STJ: Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

A alternativa C está incorreta. Serão pessoalmente responsáveis quando houver atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto, conforme prevê o art. 135, III, do CTN e não quando houver ato *intra vires* (dentro das competências). CTN, Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: I - as pessoas referidas no artigo anterior; II - os mandatários, prepostos e empregados; III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

A alternativa D está incorreta. Apenas serão pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias quando os atos forem praticados fora do escopo do contrato de trabalho (com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos): CTN, Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: I - as pessoas referidas no artigo anterior; II - os mandatários, prepostos e empregados; III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

A alternativa E está incorreta. Contraria o disposto na Súmula 430/STJ que estabelece que o inadimplemento não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente. STJ, Súmula 430: O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

**QUESTÃO 67. Assinale a opção correta no que diz respeito à responsabilidade tributária, à responsabilidade dos terceiros e por infrações.**

**a) Na hipótese de uma empresa ter apenas se instalado em prédio antes alugado a outra sociedade empresária devedora de tributos, aquela que veio a ocupá-lo posteriormente, também por força de locação, será considerada sucessora para os efeitos tributários, por se tratar de sucessão presumida.**

**b) Em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito a disposição do juízo de falência pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, e somente poderá ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.**

**c) A norma atributiva de responsabilidade tributária aos adquirentes de fundo de comércio ou estabelecimentos comerciais não se aplica à hipótese de alienação judicial em processo de falência, ainda que o adquirente seja o sócio da sociedade falida.**

**d) A pessoa jurídica de direito privado que adquirir o fundo de comércio de outra e permanecer com a respectiva exploração econômica sob outra razão social responde pelos tributos relativo ao fundo adquirido e devidos até à data do ato, de forma solidária com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo do comércio, indústria ou profissão.**

**e) Considere que a empresa Alfa tenha adquirido, em janeiro de 2025, o fundo de comércio da sociedade empresária Beta, que devia ao fisco estadual vultuosa quantia referente ao ICMS dos exercícios de 2021 a 2024. Considere, ainda que Alfa tenha continuado a exploração da atividade de Beta, mas com razão social diversa desta. Nessa situação, caso a empresa Beta cesse a exploração da atividade, Alfa responderá pelos tributos relativos ao fundo, a partir da data do ato de cessação de forma integral.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre responsabilidade tributária.

A alternativa A está incorreta. A sucessão tributária não se caracteriza quando houver a mera locação do mesmo imóvel anteriormente ocupado pelo devedor (STJ, REsp. 108.873). TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. A responsabilidade prevista no artigo 133 do Código Tributário Nacional só se manifesta quando uma pessoa natural ou jurídica adquire de outra o fundo de comércio ou o estabelecimento comercial, industrial ou profissional; a circunstância de que tenha se instalado em prédio antes alugado à devedora, não transforma quem veio a ocupá-lo posteriormente, também por força de locação, em sucessor para os efeitos tributários. Recurso especial

não conhecido. (STJ - REsp: 108873 SP 1996/0060339-1, Relator.: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 04/03/1999, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: --> DJ 12/04/1999 p. 111).

A alternativa B está correta. É a literalidade do art. 133, §3º, do CTN. Regra especial para falências (Art. 133, §3º, CTN): na falência, o produto da alienação judicial fica em depósito por 1 ano, podendo ser usado apenas para pagar créditos extraconcursais ou que preferem ao tributário. O objetivo da regra é estabelecer um prazo razoável para que os créditos tributários sejam apurados e cobrados da pessoa jurídica falida, evitando-se, assim, que o valor arrecadado seja destinado indevidamente ao pagamento de créditos que não preferem aos de natureza tributária. Art. 133, [...] § 3º Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005).

A alternativa C está incorreta. Se o adquirente for sócio da sociedade falida, não se aplicará a regra do §1º do art. 133 do CTN que diz que: Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade; II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão. §1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial: (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005) I - em processo de falência; (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005) II - de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.(Incluído pela Lcp nº 118, de 2005).

A alternativa D está incorreta. Nesta situação, a responsabilidade será subsidiária e não solidária como a alternativa sugere. Art. 133, II, do CTN: Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: [...] II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

A alternativa E está incorreta. Responderá de forma subsidiária e não de forma integral, porque Alfa continuou explorando a atividade de Beta. Art. 133, II, do CTN: Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: [...] II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

**QUESTÃO 68. Julgue os itens seguintes, relativos à implementação do imposto sobre bens e serviços (IBS) e da contribuição sobre bens e serviços (CBS), por meio da reforma tributária introduzida pela Emenda Constitucional n.º 132/2023.**

**I – Para que se implemente o IBS e este possa ser majorado de forma gradual até a alíquota projetada para ser aplicada normalmente, o ICMS e o ISS serão reduzidos paulatinamente, da seguinte forma: 9/10 em 2029, 8/10 em 2030, 7/10 em 2031 e 6/10 em 2032.**

**II – A referida emenda define cronograma para a extinção de PIS e COFINS e a implantação da CBS a partir de 2027, com regras constitucionais de transição e compensação de créditos; e, diferentemente do regime anterior à emenda constitucional, em que, em alguns casos, seria possível a adoção do regime cumulativo em relação ao PIS e COFINS, de acordo com a reforma tributária, a CBS será obrigatoriamente não cumulativa, com a extinção do PIS e COFINS a partir de 2027.**

**III – A imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da CF, que protege patrimônio, renda e serviços entre entes federados, foi ampliada pela referida emenda constitucional, de modo que se incluísse expressamente empresa pública prestadora de serviço postal e, com a nova regra, além dos impostos, o manto imunitório passasse a abranger também a CBS.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a reforma tributária.

Item I - Correto, é o teor do art. 128 do ADCT: Art. 128. De 2029 a 2032, as alíquotas dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156, III, da Constituição Federal, serão fixadas nas seguintes proporções das alíquotas fixadas nas respectivas legislações: I - 9/10 (nove décimos), em 2029; II - 8/10 (oito décimos), em 2030; III - 7/10 (sete décimos), em 2031; IV - 6/10 (seis décimos), em 2032.

Item II - Correto. O regime será sempre não cumulativo a partir de 2027 no IBS e CBS. Art. 126 do ADCT: Art. 126. A partir de 2027: I - serão cobrados: a) a contribuição prevista no art. 195, V, da Constituição Federal; b) o imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal; II - serão extintas as contribuições previstas no art. 195, I, "b", e IV, e a contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239, todos da Constituição Federal, desde que instituída a contribuição referida na alínea "a" do inciso I; III - o imposto previsto no art. 153, IV, da Constituição Federal: a) terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto em relação aos produtos que tenham industrialização incentivada na Zona

Franca de Manaus, conforme critérios estabelecidos em lei complementar; e b) não incidirá de forma cumulativa com o imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal."

Item III - Correto. É o que dispõe o §2º do novo art. 150 da CF:

"Art. 150. [...] VI – [...] b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes; [...] § 2º A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e à empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

A alternativa E está correta. Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 69. A respeito do ISSQN, assinale a opção correta, com base na Lei Complementar n.º 116/2003.**

**a) Esse imposto não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço, em razão da imunidade recíproca decorrente da prestação de serviços públicos pelas autorizadas, permissionárias e concessionárias.**

**b) O referido imposto incide sobre a prestação de serviços dos trabalhadores avulsos.**

**c) O serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior não será objeto de incidência do ISSQN, em respeito à regra que prevê a vedação de bitributação.**

**d) No que diz respeito ao imposto em tela, os municípios, os estados e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, exceto no que se refere à multa e aos acréscimos legais.**

**e) Esse imposto tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista anexa à lei complementar, ainda que esses serviços não constituam atividade preponderante do prestador.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre ISSQN.

A alternativa A está incorreta. Pelo contrário, o ISSQN incide sim sobre esse tipo de serviços, conforme §3º do art. 1º da LC 116/2003: Art. 1º, § 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

A alternativa B está incorreta. Nesta hipótese, o ISSQN não incide. Art. 2º, II, da LC 116/2003: Art. 2º O imposto não incide sobre: [...] II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

A alternativa C está incorreta. O ISSQN incide sobre serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País, conforme previsão expressa do §1º do art. 1º da LC 116/2003: Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador. § 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

A alternativa D está incorreta. A alternativa troca a palavra “inclusive” pela palavra “exceto” na última frase. Esta é a previsão do art. 6º da LC 116/2003: Art. 6º Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

A alternativa E está correta. É a literalidade do art. 1º da LC 116/2003: Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

**QUESTÃO 70. Julgue os itens a seguir, referentes ao imposto de transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD).**

**I – No caso de renúncia translativa onerosa de herança que envolva imóveis, haverá tanto a incidência de ITCD quanto de ITBI, ao passo que, na situação de renúncia abdicativa da herança, haverá incidência apenas do ITCD.**

**II – De acordo com o entendimento do STJ, no arrolamento sumário, o recolhimento prévio do ITCD não é condição para a homologação da partilha ou da adjudicação, nem para a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação.**

**III – O STF entende não ser possível a homologação de partilha sem a prévia comprovação do pagamento do ITCD, isto é, o diferimento do pagamento do ITCD, porque, nesse caso, o não pagamento prévio do tributo acarretaria violação ao princípio da isonomia tributária, criando-se privilégios ou regimes tributários diferenciados não previstos em lei.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o ITCMD.

Item I - Incorreto. Nos casos de renúncia translativa, que ocorre quando o interessado renuncia à herança apontando para quem deve ser destinado o seu quinhão, o ITCMD pode incidir duas vezes. Isso porque, a renúncia nesse caso é impropria, porque só pode dispor do direito quem o possui. Assim, na verdade, o herdeiro aceitou a herança e dela dispôs. Nesse sentido, o ITCMD-Causa mortis incide quando da aceitação da herança, e o ITCMD-Doação quando da cessão gratuita dos direitos hereditários a outra pessoa.

Item II - Correto. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.074), estabeleceu a tese de que, no arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Item III - Incorreto. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que é válida regra do Código de Processo Civil (CPC) que permite homologar a partilha amigável de bens mesmo sem a quitação do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). A decisão foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5894, julgada improcedente na sessão virtual encerrada em 24/4.

**QUESTÃO 71. Em relação ao ICMS, assinale a opção correta.**

a) O ICMS não incide sobre o serviço dos provedores de acesso à Internet, conforme o entendimento do STJ.

b) A lei complementar em matéria de ICMS, é responsável tanto pela criação do referido tributo quanto pela fixação dos diversos aspectos de sua regra matriz de incidência.

c) A majoração do ICMS ficará sempre a cargo de lei complementar.

d) O STF entende ser inconstitucional a exigência, em convênio do CONFAZ, de expressa autorização para que haja concessão de isenção de ICMS na aquisição de veículos por pessoas com deficiência, tendo em vista que o tecido legislativo brasileiro deve, de forma ampla, garantir a igualdade de oportunidades, a acessibilidade e a não discriminação, inclusive com isenções fiscais e outros benefícios que visem compensar as dificuldades por elas enfrentadas.

e) O diferencial de alíquotas do ICMS integra as bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, de acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre ICMS.

A alternativa A está correta. É a literalidade da Súmula 334/STJ: *O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet*.

A alternativa B está incorreta. Cabe a lei ordinária estabelecer ou majorar tributos.

A alternativa C está incorreta. A majoração do ICMS será feita por lei ordinária.

A alternativa D está incorreta. É constitucional a concessão de isenção de ICMS na aquisição de veículos por pessoas com deficiência, desde que haja expressa autorização em convênio do CONFAZ, ainda que em momento posterior à edição da lei estadual originária, alterada por uma nova legislação. STF. Plenário. ADI 3.495/ES, Rel. Min. Cristiano Zanin, julgado em 19/08/2024 (Info 1146).

A alternativa E está incorreta. O diferencial de alíquota do ICMS não integra as bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS (REsp 2.133.516/STJ).

## QUESTÃO 72. Acerca do processo administrativo fiscal, julgue os itens que se seguem.

**I – É válida a ciência da notificação por via postal realizada no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte quando confirmada com assinatura do recebedor da correspondência, ainda que este não seja o representante legal do destinatário.**

**II – É inválida a decisão proferida por delegacia da Receita Federal de julgamento de localidade diversa do domicílio fiscal do sujeito passivo.**

**III – É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade do recurso administrativo, por guardar estrita observância com o paralelismo das formas, como ocorre na defesa do contribuinte em sede de embargos à execução fiscal.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

## Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre processo administrativo fiscal.

Item I – Correto. É o que determina a Súmula 9 do CARF e o art. 23, II, do Decreto nº 70.235/72: Art. 23. Far-se-á a intimação: [...] II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo; (Redação dada pela Lei nº 9.532, de 1997). Vale destacar a Súmula nº 9 do CARF, que possui eficácia vinculante, estabelecendo que "é válida a ciência da notificação por via postal realizada no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte, confirmada com a assinatura do recebedor da correspondência, ainda que este não seja o representante legal do destinatário".

Item II – Incorreto. Pelo contrário, é válida a decisão proferida por DRJ de localidade diversa do domicílio fiscal do sujeito passivo (Súmula 102 do CARF): ASSUNTO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL EXERCÍCIO. 2014, 2015, 2016 NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. JULGAMENTO. DRJ DIVERSA DO DOMICÍLIO DO AUTUADO. VALIDADE. SÚMULA CARF Nº 102. É válida a decisão proferida por Delegacia da Receita Federal de Julgamento. DRJ de localidade diversa do domicílio fiscal do sujeito passivo. (CARF; RVol 10980.730392/2019-11; Ac. 2401-011.543; Rel<sup>a</sup> Cons. Ana Carolina da Silva Barbosa; Julg. 07/02/2024; DOU 22/02/2024)

Item III – Incorreto. É inconstitucional, conforme a SV nº 21/STF: Súmula Vinculante nº 21: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

**QUESTÃO 73. No que diz respeito à ação cautelar fiscal, assinale a opção correta.**

**a) Da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá apelação, sem efeito suspensivo, ainda que o requerido ofereça garantia correspondente ao valor da prestação estipulada pela fazenda pública.**

**b) O procedimento cautelar fiscal não poderá ser instaurado, após a constituição do crédito, no curso da execução judicial da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e respectivas autarquias.**

**c) A medida cautelar fiscal, entre outras hipóteses, não poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor apenas tentar contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.**

**d) A medida cautelar fiscal será requerida ao juiz de qualquer vara da fazenda pública, independentemente da competência do juízo da execução judicial da dívida ativa da fazenda pública.**

**e) Cessa a eficácia da medida cautelar fiscal se a fazenda pública não propuser a execução judicial da dívida ativa no prazo de 60 dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecurável na esfera administrativa.**

**Comentários**

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre ação cautelar fiscal.

A alternativa A está incorreta. A decisão que concede ou denega a Medida Cautelar Fiscal é considerada uma decisão interlocutória de tutela provisória, contra a qual cabe agravo de instrumento, nos termos do art. 1.015 do CPC.

A alternativa B está incorreta. Poderá sim ser instaurado após a constituição do crédito. Lei 8.397/1992. Art. 1º O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, o art. 2º no seu inciso IV, da Lei 8.397/1992 determina expressamente a possibilidade de requerer a medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio. Art. 2º A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor: (Redação dada pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito) [...] IV - contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio; (Redação dada pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito).

A alternativa D está incorreta. A medida cautelar fiscal será requerida ao juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Lei 8.397/1992. Art. 5º A medida cautelar fiscal será requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

A alternativa E está correta. É o que dispõe o art. 13, I, c/c art. 11 da Lei 8.397/1992: Art. 11. Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa. [...] Art. 13. Cessa a eficácia da medida cautelar fiscal: I - se a Fazenda Pública não propuser a execução judicial da Dívida Ativa no prazo fixado no art. 11 desta lei; II - se não for executada dentro de trinta dias;

#### **QUESTÃO 74. Assinale a opção correta com base na Lei Complementar n.º 214/2025.**

**a) O IBS e a CBS não incidem sobre o fornecimento de brindes e bonificações.**

**b) Para a caracterização das operações onerosas com bens ou com serviços, é relevante que se tenha configurado a obtenção de lucro com a operação.**

**c) O IBS e a CBS são informados pelo princípio do equilíbrio moderado, segundo o qual esses tributos devem evitar distorcer as decisões de consumo e de organização da atividade econômica, observadas as exceções previstas na CF e na referida lei complementar.**

**d) Considera-se ocorrido o fato gerador do IBS e da CBS no momento do fornecimento nas operações com bens ou com serviços, ainda que de execução continuada ou fracionada, entendendo-se por ocorrido o fornecimento, entre outras hipóteses, quando o bem for encontrado desacobertado de documentação fiscal idônea.**

**e) Não é imune ao IBS e à CBS o fornecimento de ouro quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre a reforma tributária.

A alternativa A está incorreta. Pelo contrário, esses tributos incidem sobre o fornecimento de brindes e bonificações. Lei Complementar 214/2025. Art. 5º O IBS e a CBS também incidem sobre as seguintes operações: I - fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços, nas hipóteses previstas nesta Lei Complementar; II - fornecimento de brindes e bonificações;

A alternativa B está incorreta. O lucro é irrelevante para a caracterização das operações onerosas com bens ou com serviços. Art. 4º, §3º, III, da LC 214/2025. Art. 4º O IBS e a CBS incidem sobre operações onerosas com bens ou com serviços. [...] § 3º São irrelevantes para a caracterização das operações de que trata este artigo: [...] III - a obtenção de lucro com a operação; e

A alternativa C está incorreta. São informados pelo princípio da neutralidade. LC 214/2025. Art. 2º O IBS e a CBS são informados pelo princípio da neutralidade, segundo o qual esses tributos devem evitar distorcer as decisões de consumo e de organização da atividade econômica, observadas as exceções previstas na Constituição Federal e nesta Lei Complementar.

A alternativa D está correta. Previsão literal do art. 10, §1º, IV, da LC 214/2025: Art. 10, §1º, IV, da LC 214/2025: Art. 10. Considera-se ocorrido o fato gerador do IBS e da CBS no momento do fornecimento nas operações com bens ou com serviços, ainda que de execução continuada ou fracionada. § 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se ocorrido o fornecimento no momento: [...] IV - em que o bem for encontrado desacobertado de documentação fiscal idônea; e

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário, o ouro quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial é imune ao IBS e à CBS. LC 214/2025. Art. 9º São imunes também ao IBS e à CBS os fornecimentos: [...] VII - de ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

**QUESTÃO 75. Em relação à responsabilidade tributária quanto ao pagamento do IPTU, julgue os itens, de acordo com o CTN e a jurisprudência do STJ.**

**I - De acordo com a jurisprudência do STJ, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, razão por que o arrematante de imóvel em leilão judicial deverá responder pelos débitos anteriores à arrematação.**

**II - De acordo com o entendimento do STJ, é válida a previsão, em edital de leilão, da responsabilidade do arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação, sendo incabível isentar o adquirente de responsabilidade pelos débitos preexistentes, especialmente porque o débito fiscal de IPTU possui natureza *propter rem*, isto é,**

a obrigação de pagar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana acompanha o imóvel e não o seu proprietário.

III – No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço, de modo que o comprador do imóvel em leilão judicial não é responsável por dívida tributária anterior ao arremate do bem.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre o IPTU.

Item I – Incorreto. O STJ (Tema 1.134) entende que os débitos anteriores à realização da hasta pública não são devidos pelo arrematante. Tema 1.134: Diante do disposto no art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, é inválida a previsão em edital de leilão atribuindo responsabilidade ao arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação.

Item II – Incorreto. É inválido, conforme Tema 1.134 do STJ.

Item III – Correto. É o que dispõe o art. 130 e parágrafo único do CTN: Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação. Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

A alternativa B está correta. Apenas o item III está certo.

**QUESTÃO 76. De acordo com a jurisprudência do STF, os recursos dos depósitos decorrentes de processos judiciais:**

- a) podem financiar apenas os pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor, desde que o ente federativo não esteja em mora.
- b) podem financiar apenas despesas correntes do ente federativo.

**c) podem financiar todas as despesas públicas do ente federativo, sejam elas correntes ou de capital.**

**d) não podem financiar nenhuma despesa do ente federativo.**

**e) podem financiar apenas despesas de capital do ente federativo.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra C**. A nossa equipe julga que a questão é passível de anulação, pois a alternativa C, apesar de ser aparentemente correta, apresenta inconsistência ao ampliar de forma indevida o rol previsto em lei. A questão trata do tema recursos dos depósitos decorrentes de processos judiciais.

A alternativa A está incorreta. No julgamento da ADI 5.679 o STF fixou a seguinte tese: “Observadas rigorosamente as exigências normativas, não ofende a Constituição a possibilidade de uso de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios em atraso, tal como previsto pela EC nº 94/2016.”;

A alternativa B está incorreta. O STF validou as previsões da LC 151/14 que dispõe: “Art. 7º Os recursos repassados na forma desta Lei Complementar ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município, ressalvados os destinados ao fundo de reserva de que trata o § 3º do art. 3º, serão aplicados, exclusivamente, no pagamento de: I – precatórios judiciais de qualquer natureza; II – dívida pública fundada, caso a lei -orçamentária do ente federativo preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício e não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores; III – despesas de capital, caso a lei orçamentária do ente federativo preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício, não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores e o ente federado não conte com compromissos classificados como dívida pública fundada; IV – recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial dos fundos de previdência referentes aos regimes próprios de cada ente federado, nas mesmas hipóteses do inciso III.”;

A alternativa C está correta. De fato, de acordo com a LC 151/14 podem financiar todas as despesas públicas do ente federativo, sejam elas correntes ou de capital. Esta se mostra a melhor alternativa, porém, conforme ressaltado, esta assertiva amplia demasiadamente o previsto no art. 7º da LC 151/14, e, portanto, anulável;

A alternativa D está incorreta. Conforme já demonstrado, é possível o financiamento;

A alternativa E está incorreta. Não somente despesas de capital, mas também de outras naturezas como os precatórios e RPV's.

**QUESTÃO 77. Conforme o entendimento jurisprudencial do STF, emendas parlamentares estaduais de caráter impositivo à lei orçamentária anteriores à vigência das Emendas Constitucionais (EC) n.º 86/2015 e n.º 100/2019**

a) são inconstitucionais, uma vez que o regime de impositividade das emendas parlamentares à lei orçamentária é exclusivo da elaboração do orçamento federal e as normas da CF entre outros aspectos, relaciona os dispositivos das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual.

b) são constitucionais, uma vez que a Constituição estadual, seja no regime anterior, seja no regime posterior à vigência das referidas EC, pode instituir a figura das programações orçamentárias impositivas, ainda que fora das hipóteses previstas nas normas gerais federais.

c) são inconstitucionais, mas, após a vigência das referidas EC, a Constituição estadual pode instituir a figura das programações orçamentárias impositivas fora das hipóteses previstas nas normas gerais federais.

d) são inconstitucionais, não cabendo à Constituição estadual instituir a figura das programações orçamentárias impositivas fora das hipóteses previstas nas normas gerais federais.

e) são inconstitucionais, mas, após a vigência das referidas EC, não cabe à Constituição estadual instituir a figura das programações orçamentárias impositivas fora das hipóteses previstas nas normas gerais federais.

## Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema emendas parlamentares estaduais.

A alternativa A está incorreta. O STF, no julgamento da ADI 5274 entendeu que: “ 1. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, antes das Emendas Constitucionais n. 86/2015 e n. 100/2019, manifestava-se pelo caráter meramente formal e autorizativo da lei orçamentária. 2. Ao enumerarem percentuais específicos para as emendas impositivas, de execução obrigatória, os §§ 9º a 20 do art. 166 da Constituição da República buscaram compatibilizar a discricionariedade do Executivo e a importância do Legislativo na elaboração do orçamento, harmonizando e reequilibrando a divisão entre os Poderes. As Emendas Constitucionais n. 86/2015 e n. 100/2019 reforçaram o anterior caráter autorizativo das previsões orçamentárias, nos termos da norma constitucional originária, modificada desde as alterações da Constituição da República. 4. A figura das emendas parlamentares impositivas em matéria de orçamento público, tanto individuais como coletivas, foi introduzida no Estado de Roraima antes de sua previsão no plano federal, que só ocorreu com as ECs nº 86/2015 e 100/2019. Legislação estadual que dispôs em sentido contrário às normas gerais federais então existentes sobre o tema, o que não é admitido na seara das competências concorrentes. Inexistência de constitucionalidade superveniente no Direito brasileiro. 5. Não bastasse isso, apesar de a Constituição Federal ter passado a prever as emendas parlamentares impositivas em matéria orçamentária, fixou limites diferentes daqueles que haviam sido adotados pelo Estado de Roraima. As normas da CF/1988 sobre o processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual. Aplicabilidade do princípio da simetria na espécie.”;

A alternativa B está incorreta. Conforme já demonstrado o STF decidiu pela inconstitucionalidade das referidas Emendas Constitucionais;

A alternativa C está incorreta. Deve-se observar que, mesmo após as ECs, a instituição da impositividade pelos estados deve observar as normas gerais federais e a simetria federativa;

A alternativa D está incorreta. De fato, a simetria federativa deve ser observada, sendo este o equívoco da proposição;

A alternativa E está correta. Para o STF, as normas da CF/1988 sobre o processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual. Aplicabilidade do princípio da simetria na espécie.

**QUESTÃO 78. Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estadual que fixe limitação de despesas do Ministério Público estadual, sem a participação desse órgão na elaboração do processo legislativo orçamentário, é**

**a) constitucional, visto que, no âmbito da elaboração da LDO, somente o Poder Judiciário pode ser consultado pelo Poder Executivo, prerrogativa que não se estende ao Ministério Público.**

**b) constitucional, porque somente os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem participar do processo legislativo orçamentário.**

**c) inconstitucional, porque o Ministério Público possui direito subjetivo público de participação no ciclo orçamentário em que haja limitação de suas despesas.**

**d) inconstitucional, pois a LDO não pode limitar as despesas do Ministério Público.**

**e) constitucional, vez que cabe exclusivamente ao Poder Executivo a elaboração das leis orçamentárias, sobretudo da LDO.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A alternativa A está incorreta. A prerrogativa de consulta e participação se estende ao Ministério Público, em virtude de sua autonomia. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem um entendimento consolidado de que o Ministério Público (MP), assim como o Poder Judiciário e a Defensoria Pública, possuem autonomia administrativa e financeira, garantida pela Constituição Federal. Essa autonomia inclui a capacidade de elaborar sua própria proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos;

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público tem o direito de participar ativamente do processo orçamentário, sobretudo quando suas despesas serão afetadas, especialmente por meio de limites ou restrições;

A alternativa C está correta. Conforme decidiu o STF no julgamento da ADI 7073: “A autonomia financeira do Ministério Público equipara-se às prerrogativas institucionais do Poder Judiciário. Conforme o art. 99, § 1º, da Constituição da República, os limites balizadores das propostas orçamentárias dos Poderes e órgãos autônomos presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias devem

ser estipulados conjuntamente. Assim, é direito subjetivo público do Ministério Público a participação efetiva no ciclo orçamentário. 3. É inconstitucional a limitação de despesas da folha complementar do Ministério Público do Estado do Ceará em percentual da despesa anual da folha normal de pagamento, sem a devida participação efetiva do órgão financeiramente autônomo no ato de estipulação em conjunto dessa limitação na Lei de Diretrizes Orçamentárias.”;

A alternativa D está incorreta. A LDO pode, sim, fixar limites de despesas, mas esta fixação deve ser precedida da participação do Ministério Público no processo. Não é a limitação em si que é inconstitucional, mas a ausência de participação;

A alternativa E está incorreta. Embora o Poder Executivo detenha a prerrogativa de iniciativa na elaboração das leis orçamentárias, essa prerrogativa não é absoluta e deve respeitar as autonomias constitucionais de outros órgãos e poderes.

**QUESTÃO 79 - Segundo o art. 165, § 9.º, II, da CF, cabe à lei complementar estabelecer condições para a instituição e o funcionamento de fundos. No entanto, como até hoje não foi publicada lei complementar federal com a regulamentação de tais condições, os fundos criados por medida provisória editada pelo Poder Executivo Federal**

**a) estão suspensos e dependem da publicação da lei complementar que estabeleça as condições para o funcionamento.**

**b) não têm validade, são automaticamente extintos, com efeitos ex tunc.**

**c) permanecem válidos e eficazes, pois os fundos são disciplinados na Lei n.º 4.320/1964, recepcionada pela CF como lei complementar, além de a medida provisória ter força de lei.**

**d) são anuláveis, mas seus efeitos ficam preservados até que seja editada lei complementar geral prevista no art. 165, § 9.º, inciso II, da CF.**

**e) são inválidos, porque sua criação depende de autorização legislativa, logo não poderiam ser criados por medida provisória.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema criação de fundos.

A alternativa A está incorreta. Não há suspensão automática, e a ausência da lei complementar específica não os torna inválidos;

A alternativa B está incorreta. A ausência da lei complementar posterior à CF/88 não gera invalidade ou extinção automática, devido à recepção da Lei n.º 4.320/1964;

A alternativa C está correta. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 1726-5: “1. A exigência de prévia lei complementar estabelecendo condições gerais para a instituição de fundos, como exige o art. 165, § 9º, II, da Constituição, está suprida pela Lei nº 4.320, de 17.03.64, recepcionada pela

Constituição com status de lei complementar; embora a Constituição não se refira aos fundos especiais, estão eles disciplinados nos arts. 71 a 74 desta Lei, que se aplica à espécie: a) o FGPC, criado pelo art. 1º da Lei nº 9.531/97, é fundo especial, que se ajusta à definição do art. 71 da Lei nº 4.320/63; b) as condições para a instituição e o funcionamento dos fundos especiais estão previstas nos arts. 72 a 74 da mesma Lei. 2. A exigência de prévia autorização legislativa para a criação de fundos, prevista no art. 167, IX, da Constituição, é suprida pela edição de medida provisória, que tem força de lei, nos termos do seu art. 62. O argumento de que medida provisória não se presta à criação de fundos fica combatido com a sua conversão em lei, pois, bem ou mal, o Congresso Nacional entendeu supridos os critérios da relevância e da urgência.”;

A alternativa D está incorreta. Conforme decidido pelo STF, a exigência de prévia autorização legislativa para a criação de fundos, prevista no art. 167, IX, da Constituição, é suprida pela edição de medida provisória, que tem força de lei, nos termos do seu art. 62;

A alternativa E está incorreta. Medidas Provisórias têm força de lei e podem, sim, criar fundos, desde que atendam aos requisitos de relevância e urgência e não invadam matérias reservadas à lei complementar que já não estejam supridas pela Lei nº 4.320/1964.

**QUESTÃO 80. Lei estadual que possibilite excluir do câmputo das despesas com pessoal todo e qualquer contrato de terceirização firmado pela administração pública estadual é:**

**a) inconstitucional, porque viola norma constitucional que disciplina o tema.**

**b) constitucional, uma vez que é convergente com a norma constitucional que disciplina o tema.**

**c) inconstitucional, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, norma geral federal que disciplina o tema.**

**d) constitucional, haja vista a lacuna da norma geral federal que disciplina o tema.**

**e) constitucional, pois está em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, norma geral federal que disciplina o tema.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema despesas com pessoal.

A alternativa A está incorreta. De fato, a norma foi considerada inconstitucional pelo STF, por usurpar a competência da União para disciplinar o tema;

A alternativa B está incorreta. A referida norma é inconstitucional, pois diverge da LRF;

A alternativa C está correta. Conforme definido pelo STF no julgamento da ADI 5598: “Tratando-se de legislação de caráter temporário, a exemplo das leis diretrizes orçamentárias anuais, a jurisprudência desta Suprema Corte tem reconhecido que a sobrevivência do término do ano fiscal não conduz à prejudicialidade da ação quando (i) impugnada a norma a tempo e modo adequado; (ii) incluído o feito

em pauta antes do exaurimento da eficácia da lei de caráter temporário e (iii) presente a possibilidade de reflexos do ato normativo em curso. Precedentes: ADI 4356/CE, Relator Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 12.5.2011; ADI 4426/CE, Relator Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 18.5.2011; ADI 3146/DF, Relator Ministro Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJ 19.12.2006. Mostra-se inconstitucional, por inobservância do disposto nos arts. 24, I, II e §§ 1º a 4º, e 169 da Constituição da República, o dispositivo de lei distrital que, versando sobre o cálculo do limite da despesa total com pessoal, prevê regime contrário ao estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, invadindo a competência da União para estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamentário e consagrando a realização de despesa com pessoal em excesso aos limites estabelecidos na lei complementar de que trata o art. 169 da Lei Maior. Inconstitucionalidade do art. 51, § 1º, da Lei nº 5.695/2016 do Distrito Federal e do art. 53, § 1º, da Lei nº 5.950/2017 do Distrito Federal. 4. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente procedente.”;

A alternativa D está incorreta. Não há lacuna legislativa, haja vista que a LRF regula o tema;

A alternativa E está incorreta. A norma não se mostra em consonância com a LRF, sendo portanto inconstitucional.

**QUESTÃO 81. De acordo com a jurisprudência do STF, lei estadual que obrigue distribuidoras de combustíveis que operam em seu território a fornecerem certificado de composição química de combustíveis é**

**a) inconstitucional, uma vez que a atividade de distribuição de petróleo é de monopólio da União.**

**b) constitucional, haja vista a competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre produção e consumo, proteção do meio ambiente e controle da poluição.**

**c) inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre energia.**

**d) constitucional, uma vez é dos estados e do Distrito Federal a competência para legislar sobre energia.**

**d) inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre defesa do consumidor e do meio ambiente.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema competência constitucional.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a jurisprudência do STF, conforme determina o comando da questão, tal matéria não invade a competência privativa da União, pois se trata de medida de proteção ao meio ambiente, cuja competência é comum, conforme dispõe a Constituição nos art. 23, II e VI;

A alternativa B está correta. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 3752: “1. A natureza do ato normativo impugnado, que informa a regra de competência do tema, é a proteção do consumidor e do meio ambiente, no que direcionado precipuamente (i) à prestação, ao comprador e usuário, de informação clara e precisa acerca da composição química do produto; bem como (ii) ao controle da poluição atmosférica, à promoção da melhoria da qualidade ambiental e ao bem-estar da população. 2. A lei questionada não dispõe acerca de qualquer aspecto atinente à atribuição da União para legislar sobre energia (CF, art. 22, IV). A exigência de emissão do Certificado não interfere, de qualquer modo, nas atividades alusivas à produção e distribuição dos combustíveis. Ausência de disciplina acerca da composição de combustível utilizados na produção de energia ou de interferência nas relações jurídico-contratuais mantidas pela União relativamente ao tema. 3. Constitucionalidade de preceitos estaduais voltados a garantir a proteção do consumidor, particularmente quanto ao direito de obter informações sobre a natureza, origem e qualidade de produto. Precedentes. 4. A Carta da República confere competência material comum a todos os entes da Federação para implementar medidas direcionadas a cuidar da saúde pública, proteger o meio ambiente e combater a poluição (art. 23, II e VI), mostrando-se pertinente que a Secretaria do Estado de São Paulo atue para fiscalizar e controlar o cumprimento de lei voltada à proteção do consumidor, do meio ambiente e da saúde da população. 5. A obrigação de elaboração do Certificado de Composição Química a partir dos métodos de análise estipulados pelo Conselho Regional de Química não consiste em nova atribuição conferida à autarquia, uma vez que a análise e o controle de qualidade pelos profissionais químicos já é determinada no quadro normativo federal de regência (Decreto n. 85.877/1981, art. 1º);

A alternativa C está incorreta. A legislação não trata de energia, competência privativa da União, e sim de Meio Ambiente;

A alternativa D está incorreta. A competência para legislar sobre energia é privativa da União, conforme prevê a CF no art. 22, IV;

A alternativa E está incorreta. Conforme já exposto, a norma trata de direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**QUESTÃO 82. Conforme a legislação vigente e o entendimento jurisprudencial do STF, serviços de transporte terrestre coletivo interestadual e internacional de passageiros que sejam desvinculados da exploração de obras de infraestrutura podem ser explorados**

**a) apenas mediante permissão, sem necessidade de licitação prévia.**

**b) apenas mediante concessão, precedida sempre de licitação.**

**c) mediante autorização, sem necessidade de licitação prévia.**

**d) mediante autorização, precedida sempre de licitação.**

**e) somente mediante permissão, precedida sempre de licitação.**

## Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema licitação.

A alternativa A está incorreta. Para o transporte de passageiros, que não envolve a exploração de uma infraestrutura específica, a autorização é um modelo que se alinha com os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência;

A alternativa B está incorreta. Embora a regra geral para a prestação de serviços públicos seja a licitação, seja por concessão ou permissão, conforme o Art. 175 da Constituição Federal, no caso concreto o STF admite a autorização;

A alternativa C está correta. Conforme definido pelo STF no julgamento da ADI 5549, a Corte entendeu que além de ser constitucional, o atual regime que regula o uso da autorização no setor aumenta a eficiência na prestação desse serviço essencial e relevante ao bem-estar da sociedade. O entendimento da maioria dos ministros foi orientado pela conclusão do relator das ações, ministro Luiz Fux, no sentido da improcedência dos pedidos. Embora a regra seja a realização de licitação, especificamente, em relação ao transporte rodoviário interestadual e internacional, uma interpretação sistêmica da Constituição admite a autorização do serviço, desvinculado da exploração de infraestrutura, sem o processo licitatório, mediante o respeito aos princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência);

A alternativa D está incorreta. Conforme já exposto, neste caso, dispensa-se a licitação;

A alternativa E está incorreta. Se dará mediante autorização e sem a necessidade de prévia licitação, conforme entendimento do STF já exposto.

**QUESTÃO 83. De acordo com a jurisprudência do STF, dispositivo de constituição estadual que proíba a prestação de serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros por instituições financeiras privadas constituídas no Brasil, mas sob controle estrangeiro,**

**a) está de acordo com a CF, pois tais instituições de fato podem operar no Brasil sob controle estrangeiro**

**b) infringe a CF, pois tais atividades somente podem ser prestadas por empresa brasileira de capital nacional.**

**c) viola os princípios constitucionais da isonomia, da livre iniciativa e da livre concorrência.**

**d) viola a CF, pois tais serviços somente podem ser prestados por instituição financeira controlada por brasileiro.**

**e) ofende a CF, pois tais atividades impõem riscos à soberania, à segurança nacional e à ordem econômica.**

## Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema empresas estrangeiras.

A alternativa A está incorreta. O STF entendeu, no julgamento da ADI 3565, que a proibição por parte de uma constituição estadual de que instituições financeiras sob controle estrangeiro prestem serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros fere princípios basilares da ordem econômica e da federação brasileira;

A alternativa B está incorreta. A proibição restringe indevidamente a atividade econômica e a concorrência no mercado financeiro. A Emenda Constitucional nº 6/1995 revogou o conceito de "empresa brasileira de capital nacional" e a proteção preferencial baseada exclusivamente na origem do capital, prevista no antigo Art. 171 da CF/88. Embora a União possa impor restrições ao capital estrangeiro por razões de soberania, segurança nacional ou ordem econômica, essa justificativa não se aplica a meras operações bancárias de arrecadação e movimentação de recursos;

A alternativa C está correta. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 3565: "É inconstitucional dispositivo de Constituição estadual que veda a prestação de serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros por instituições financeiras privadas constituídas no País sob controle estrangeiro.";

A alternativa D está incorreta. Proibir a participação de instituições financeiras com capital estrangeiro no país, quando elas já estão devidamente autorizadas a operar pelo Banco Central criaria uma discriminação injustificada entre empresas que atuam no mesmo setor e sob as mesmas regras federais, violando o princípio da isonomia, previsto no caput do Art. 5º da CF: " Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade(...)";

A alternativa E está incorreta. Não há risco à soberania, pois a atividade é regulamentada pelo Banco Central.

**QUESTÃO 84. Suponha que determinada lei estadual fixe limite de tempo de espera para o atendimento de consumidores em operadoras de telefonia fixa e móvel, bem como preveja a cominação de sanções progressivas na hipótese de descumprimento do limite fixado. Nesse caso, a referida lei estadual é, segundo o entendimento do STF:**

**a) inconstitucional, haja vista que há interferência no regime de exploração, na estrutura remuneratória da prestação dos serviços ou no equilíbrio dos contratos administrativos, de modo que há usurpação da competência privativa da União para legislar sobre direito civil.**

**b) constitucional, por representar exercício legítimo competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre direito do consumidor, independentemente da razoabilidade e da proporcionalidade dos limites temporais para esse atendimento.**

**c) inconstitucional, por usurpar competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.**

**d) inconstitucional, por violar os princípios da livre concorrência e da liberdade de exercício das atividades econômicas.**

**e) constitucional, por representar exercício legítimo da competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre direito do consumidor, desde que os limites temporais estabelecidos sejam razoáveis e proporcionais para esse atendimento.**

## Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema competência.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da competência concorrente, prevista no Art. 24, V e VIII, da CF/88 para legislar sobre direito do consumidor, e não direito civil;

A alternativa B está incorreta. De fato, se trata da competência concorrente para legislar sobre direito do consumidor, porém a assertiva se mostra equivocada ao dispensar os requisitos de razoabilidade e da proporcionalidade;

A alternativa C está incorreta. A matéria não trata de telecomunicações e sim de direito do consumidor, não havendo portando usurpação de competência constitucional;

A alternativa D está incorreta. A lei é constitucional, trata de direito do consumidor e não de livre iniciativa.

A alternativa E está correta. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 2879: “ O Estado federal instituído pela Constituição de 1988, consubstanciado na união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 1º), encerra opção pelo equilíbrio entre o poder central e os poderes regionais na gestão da coisa pública e confere espaços de liberdade para atuação política, reconhecidos nas prerrogativas não absolutas de autogoverno, auto-organização e autoadministração. 2. Mesmo em se tratando da disciplina de atendimento a usuários de serviços públicos, a jurisprudência do Supremo é sólida em reconhecer que lei estadual ao estabelecer limite de tempo de espera para atendimento aos usuários e penalidades em face de descumprimento consiste em norma relativa à proteção do consumidor. 3. A disposição contida na lei impugnada potencializa, no âmbito regional, mecanismo de tutela da dignidade do consumidor, sem interferir no regime de exploração, na estrutura remuneratória da prestação dos serviços ou no equilíbrio dos contratos administrativos. Precedentes. 4. A livre iniciativa, embora constitua fundamento da República (CF, art. 1º, IV), não é princípio absoluto, concorrendo com outros direitos fundamentais e podendo sofrer limitação de lei. O exercício da atividade econômica tem como finalidade a garantia da existência digna dos cidadãos, conforme os ditames da justiça social, e, como baliza, a observância do princípio da defesa do consumidor (CF, art. 170, caput e V). 5. A previsão contida na norma questionada se revela proporcional e razoável à luz da jurisprudência desta Corte. O exercício da atividade econômica em todos os seus processos de prestação não pode destoar, negar concretude ou mesmo esvaziar a defesa do consumidor, de sorte que não se afigura contrário ao Texto Constitucional o estabelecimento, por Estado-membro, de regulamentação com o propósito de proteger o consumidor, observando-se as particularidades locais.”

**QUESTÃO 85. A base de cálculo sobre a qual incidirá a contribuição previdenciária das diversas espécies de segurados do RGPS, normalmente formado por parcelas remuneratórias do trabalho, ou, no caso do segurado facultativo, o valor por ele declarado, observados os limites máximos e mínimos legais, corresponde à definição de:**

**a) piso salarial da categoria.**

**b) salário de benefício.**

**c) renda mensal do benefício.**

**d) salário-base.**

**e) salário de contribuição.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata sobre base de cálculo.

A alternativa A está incorreta. O piso salarial da categoria é o menor valor de salário que uma categoria profissional pode receber, geralmente definido por lei ou convenção/acordo coletivo.

A alternativa B está incorreta. O salário de benefício é um conceito utilizado para calcular o valor inicial dos benefícios previdenciários (como aposentadorias, pensões, auxílios).

A alternativa C está incorreta. A renda mensal do benefício é o valor efetivamente pago ao segurado ou dependente pelo INSS.

A alternativa D está incorreta. O salário-base geralmente se refere à parte fixa da remuneração de um empregado, sem incluir adicionais, gratificações ou outras parcelas.

A alternativa E está correta. O salário de contribuição é a base sobre a qual incide a alíquota da contribuição previdenciária, nos termos do art. 28, Lei n. 8.212/91.

**QUESTÃO 86. Julgue os seguintes itens, relativos aos planos de benefícios do RGPS.**

**I. A carência do salário-maternidade da segurada especial é de 10 contribuições mensais.**

**II. A reabilitação profissional é um serviço que poderá ser prestado tanto ao segurado quanto ao seu dependente.**

**III. O fator previdenciário incide no cálculo do salário de benefício de todos os benefícios previdenciários do RGPS.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item II está certo**
- b) Apenas o item III está certo**
- c) Apenas os itens I e II estão certos**
- d) Apenas os itens I e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre planos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

A alternativa A está correta. Apenas o item II está certo.

O item I está errado. O salário maternidade não tem mais carência. O Supremo Tribunal Federal (STF), na ADI 2.110/DF, suspendeu a eficácia do inciso III do art. 25 da Lei nº 8.213/91, que exigia carência para a segurada especial.

O Item II está certa. Conforme o Regime Geral de Previdência Social, será devido, quanto ao segurado e dependente, a reabilitação profissional, nos termos do Art. 18, Lei n. 8.213/91.

O Item III está errado. Nos termos do Art. 29, Lei n. 8.213/91, o fator previdenciário não incide no cálculo de todos os benefícios previdenciários do RGPS.

**QUESTÃO 87. Acerca das normas gerais sobre organização e funcionamento dos RPPS, assinale a opção correta.**

- a) Caso um aposentado pelo RPPS venha a exercer cargo temporário no mesmo ente da Federação no qual se aposentou, ele se filiara, obrigatoriamente, ao RGPS.**
- b) O segurado de RPPS quando licenciado, conforme a lei do ente federativo, por mais de 12 meses, deixa de ser filiado ao regime próprio a que estava vinculado**
- c) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, em decorrência do exercício de cargos acumuláveis previstos na CF.**
- d) Os tabeliões não remunerados pelos cofres públicos são segurados obrigatórios do RPPS.**
- e) O RPSS concederá os benefícios de aposentadoria, de pensão por morte, de salário-maternidade e por incapacidade temporária.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Esta afirmativa está em conformidade com o Art. 40, § 13, da Constituição Federal de 1988, que estabelece: “§ 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019).”

A alternativa B está incorreta. O simples decurso do prazo de 12 meses de licença, por si só, não o desfilia automaticamente.

A alternativa C está incorreta. Quando está no exercício de funções acumuláveis, é possível a aposentadoria referente a cada um desses cargos. Por derivação, portanto, seria pensão a cada um deles, conforme Art. 24 da EC 103/2019.

A alternativa D está incorreta. Os tabeliães exercem atividade em caráter privado, por delegação do poder público. Por essa razão, eles são considerados contribuintes individuais perante o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e não são segurados obrigatórios do RPPS.

A alternativa E está incorreta. O RPPS concede os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, salário-maternidade e aposentadoria por incapacidade permanente.

O termo "incapacidade temporária" não é um benefício concedido diretamente pelo RPPS, mas sim o auxílio por incapacidade temporária, previsto no art. 60, §11-B, (antigo auxílio-doença), é um benefício do RGPS.

**QUESTÃO 88. A respeito do regime de previdência complementar dos servidores públicos, assinale a opção correta.**

**a) Poderão figurar como participantes desse regime tanto os ocupantes de cargo de provimento efetivo quanto os empregados públicos.**

**b) No âmbito do Judiciário e do Legislativo, o referido regime será instituído por lei de iniciativa dos respectivos Poderes.**

**c) Essa modalidade de regime previdenciário será efetivada apenas por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.**

**d) Nesse regime de previdência, serão oferecidos planos na modalidade benefício definido.**

**e) Esse regime de previdência não poderá ser aplicado ao servidor sem sua prévia e expressa opção, ainda que ele tenha ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre previdência complementar dos servidores públicos.

A alternativa E está correta. Nos termos do Art. 40, §§ 14, a 16, CF, para os servidores que ingressaram no serviço público até a data de publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar, a adesão a esse regime é facultativa.

A previdência complementar para servidores públicos é destinada aos servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo. A vinculação obrigatória ao regime complementar (com proventos limitados ao teto do RGPS) aplica-se apenas aos servidores que ingressarem no serviço público após a data de instituição do respectivo regime de previdência complementar. Vejamos: “§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) § 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98).”

As demais alternativas estão incorretas. a previdência complementar do servidor público é facultativa para quem já estava no serviço público antes da sua instituição, sendo um regime de contribuição definida e operacionalizado principalmente por entidades fechadas.

**QUESTÃO 89. Julgue os seguintes itens, no que se refere ao tempo de contribuição para fins previdenciários, conforme a legislação previdenciária e a jurisprudência do STJ.**

**I - O segurado que exerce atividades em condições especiais, quando em gozo de auxílio-doença, acidentário ou previdenciário, faz jus ao cômputo desse mesmo período com tempo de serviço especial.**

**II - O segurado que tenha provado o desempenho de serviço rural em período anterior à vigência da Lei nº 8.213/1991 tem direito à expedição de certidão nesse sentido para averbação nos seus assentamentos e fará jus ao cômputo do aludido tempo rural, no respectivo órgão público empregador para a contagem recíproca no regime estatutário com a respectiva certidão de tempo de serviço rural, independentemente do comprovante de pagamento das respectivas contribuições previdenciárias.**

**III - A sentença trabalhista homologatória de acordo, assim como a anotação da CTPS e demais documentos dela decorrentes, somente será considerada início de prova material válida quando**

**houver nos autos elementos probatórios contemporâneos que comprovem os fatos alegados e sejam aptos a demonstrar o tempo de serviço no período que se pretende reconhecer na ação previdenciária, exceto na hipótese de caso fortuito ou força maior.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre tempo de contribuição.

A alternativa D está correta. Apenas os itens I e III estão certos. Analisaremos os itens.

O item I está certo. Este item reflete o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema 998, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, sendo firmada a tese de que o segurado que exerce atividades em condições especiais, quando em gozo de auxílio-doença, seja acidentário ou previdenciário, faz jus ao cômputo desse mesmo período como tempo de serviço especial.

O item II está errado. Conforme o Tema 609 do STJ, o segurado que tenha provado o desempenho de serviço rural em período anterior à vigência da Lei n. 8.213/1991, embora faça jus à expedição de certidão nesse sentido para mera averbação nos seus assentamentos, somente tem direito ao cômputo do aludido tempo rural, no respectivo órgão público empregador, para contagem recíproca no regime estatutário se, com a certidão de tempo de serviço rural, acostar o comprovante de pagamento das respectivas contribuições previdenciárias, na forma da indenização calculada conforme o dispositivo do art. 96, IV, da Lei n. 8.213/1991.

O item III está certo. A tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça ao apreciar o Tema 1188, pacificou o entendimento que a sentença trabalhista homologatória de acordo, assim como a anotação na CTPS e demais documentos dela decorrentes, somente será considerada início de prova material válida, conforme o disposto no art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91, quando houver nos autos elementos probatórios contemporâneos que comprovem os fatos alegados e sejam aptos a demonstrar o tempo de serviço no período que se pretende reconhecer na ação previdenciária, exceto na hipótese de caso fortuito ou força maior.

**QUESTÃO 90. Com base na legislação que rege o acidente do trabalho, assinale a opção correta.**

a) Os períodos destinados a refeição ou descanso estão excluídos do exercício do trabalho para fins de caracterização de acidente laboral.

b) Em caso de morte em decorrência de acidente do trabalho, as prestações do respectivo benefício acidentário (pensão por morte acidentária) são imprescritíveis.

c) O pescador artesanal, enquadrado como segurado especial, faz jus aos benefícios pagos por acidente de trabalho.

d) O rol de doenças profissionais e do trabalho elaborado pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social para caracterizar acidente de trabalho é taxativo.

e) Em caso de acidente laboral o empregado doméstico e o segurado individual não prestador de serviços fazem jus à prestação acidentária.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre acidente de trabalho.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, estes períodos não estão excluídos de exercício da atividade labora para fins de acidente de trabalho. Vejamos: “IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: § 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.”

A alternativa B está incorreta. A pensão por morte, seja ela de natureza previdenciária comum ou acidentária, não é imprescritível, conforme prescreve o art. 74 da Lei 8.213/91.

A alternativa C está correta. O pescador artesanal, como segurado especial, tem direito aos benefícios previdenciários decorrentes de acidente de trabalho, conforme o Art. 19, Lei n. 8.213/91: Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida;”.

A alternativa D está incorreta. O rol de doenças profissionais e do trabalho é considerado exemplificativo (não taxativo). Vejamos o que prevê o art. 20 §2º nesse sentido: “§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.”

A alternativa E está incorreta. O segurado individual que não presta serviços a empresas (como o autônomo que trabalha por conta própria, sem vínculo com pessoa jurídica) não está coberto pelo seguro de acidente de trabalho no RGPS.

**QUESTÃO 91. Acerca dos bens imóveis do estado do Piauí, assinale a opção correta conforme a Constituição do Estado do Piauí.**

**a) A alienação de bens imóveis das sociedades de economia mista dispensa prévia avaliação e autorização legislativa.**

**b) A alienação de bens imóveis de empresa pública do estado do Piauí dependerá de procedimento licitatório quando for destinada à regularização fundiária.**

**c) A alienação de bens imóveis do estado Piauí destinada a outra entidade da administração pública de qualquer esfera federativa está condicionada a prévio procedimento licitatório.**

**d) A proibição de alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio estadual no período de 180 dias que precede a posse do governador do estado não é estendida aos imóveis das entidades da administração autárquica e fundacional.**

**e) A utilização gratuita dos bens imóveis do estado do Piauí por terceiros somente é admitida mediante autorização legislativa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre os bens imóveis do estado do Piauí.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o art. 18, I e II da Constituição do Estado do Piauí, que exige a avaliação e autorização legislativa, veja: "Art. 18. A alienação de bens imóveis do Estado e de suas entidades da Administração indireta dependerá: I - sempre de avaliação; II - de autorização legislativa, quando o imóvel for do Estado, de suas autarquias ou fundações públicas; e (...)."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o art. 18, III da Constituição do Estado do Piauí, hipótese em que a licitação é dispensada, veja: "Art. 18. A alienação de bens imóveis do Estado e de suas entidades da Administração indireta dependerá: (...) III. de licitação na modalidade prevista em lei nacional, dispensada essa quando a alienação se destinar a assentamento de fins sociais, regularização fundiária ou a entidade da Administração Pública de qualquer esfera federativa."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 18, III da Constituição do Estado do Piauí, hipótese em que a licitação é dispensada, veja: "Art. 18. A alienação de bens imóveis do Estado e de suas entidades da Administração indireta dependerá: (...) III. de licitação na modalidade prevista em lei nacional, dispensada essa quando a alienação se destinar a assentamento de fins sociais, regularização fundiária ou a entidade da Administração Pública de qualquer esfera federativa."

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 18, § 2º da Constituição do Estado do Piauí, que determina: "Art. 18. A alienação de bens imóveis do Estado e de suas entidades da Administração

indireta dependerá: (...) § 2º É proibida a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio estadual e de SUO entidades da administração autárquica e fundacional no período de cento e oitenta dias que precede a posse do Governador."

A alternativa E está correta, por ser o que determina o art. 18, § 1º da Constituição do Estado do Piauí, que prevê: "A alienação de bens imóveis do Estado e de suas entidades da Administração indireta dependerá: (...) § 1º Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita por terceiros, salvo nos casos de assentamento de fins sociais, regularização fundiária ou se o beneficiário for pessoa jurídica de direito interno, órgão de sua administração indireta ou fundação de direito público, entidades da sociedade civil organizada reconhecidas de utilidade pública no Estado, sempre mediante autorização legislativa."

**QUESTÃO 92. De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, é competência privativa do governador do estado do Piauí a iniciativa de lei a respeito de**

**a) Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.**

**b) Normas gerais relativas à alienação, cessão, permuta, arrendamento ou aquisição de bens públicos.**

**c) Alteração dos efetivos do Corpo de Bombeiros Militar.**

**d) Instituição de impostos.**

**e) Planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre as competências privativas do governador do estado do Piauí.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que determina o art. 75, § 2º da Constituição do estado do Piauí, que traz as hipóteses de leis de iniciativa privativa do Governador, e que prevê: "A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (...) § 2º São de iniciativa privativa do Governador as leis que: I - deixem (fixem) ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; c) militares do Estado, a sua reforma, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência para a inatividade, observadas as regras gerais de previdência editadas pela União, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades; d) criação e extinção de secretarias e órgãos da Administração Pública; III - estabeleçam: a) organização e atribuições da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública-Geral; b) criação, estruturação, extinção e atribuições das Secretarias de Estado e demais órgãos do Poder Executivo.", de modo que a

criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios não se encontram entre as hipóteses elencadas.

A alternativa B está incorreta, pois, como supracitado, a criação de normas gerais relativas à alienação, cessão, permuta, arrendamento ou aquisição de bens públicos não está entre as hipóteses elencadas no rol do art. 75, § 2º, I e II, que apresenta as atribuições de iniciativa privativa do Governador.

A alternativa C está correta, pois é o que determina o art. 75, § 2º, I da Constituição do estado do Piauí, que traz as hipóteses de leis de iniciativa privativa do Governador, e que prevê: "A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (...) § 2º São de iniciativa privativa do Governador as leis que: I - deixem (fixem) ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar."

A alternativa D está incorreta pois, como supracitado, a instituição de impostos não está entre as hipóteses elencadas no rol do art. 75, § 2º, I e II, que apresenta as atribuições de iniciativa privativa do Governador.

A alternativa E está incorreta, pois, como supracitado, a elaboração de planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento não está entre as hipóteses elencadas no rol do art. 75, § 2º, I e II, que apresenta as atribuições de iniciativa privativa do Governador.

**QUESTÃO 93. De acordo com a Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí (Lei Estadual n.º 7.884/2022), compete à Secretaria de Justiça**

**a) Executar medidas socioeducativas de internação e semiliberdade determinadas judicialmente.**

**b) Exercer atribuições de polícia administrativa e judiciária, executando ações policiais típicas, preventivas e repressivas.**

**c) Elaborar e executar serviços, programas e projetos de proteção especial às vítimas e testemunhas de crimes.**

**d) Promover a modernização do aparelho policial do estado.**

**e) Desenvolver políticas de respeito à pessoa humana e aos direitos dos cidadãos, no exercício das atividades de polícia, com rigorosa observância das garantias constitucionais e legais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre as competências da Secretaria de Justiça do estado do Piauí.

A alternativa A está incorreta, por contrariar o que determina o art. 23 da Lei Ordinária nº 7884/22, que traz as competências da Secretaria de Justiça do estado do Piauí, veja: "Art. 23. A Secretaria da Justiça

tem por finalidade a promoção, manutenção, execução e acompanhamento da política de Governo relacionada com a cidadania, o sistema penitenciário e os serviços prisionais, competindo-lhe: I - administrar o sistema penitenciário do Estado, desenvolvendo programas de ressocialização dos presos, com a participação da sociedade; II - promover a modernização do sistema penitenciário com implantação de políticas disciplinares, com vistas à segurança e à ordem dos presídios; III - elaborar e executar serviços, programas e projetos de proteção especial às vítimas e testemunhas de crimes;"

A alternativa B está incorreta ao contrariar o rol acima elencado, não fazendo parte das hipóteses de competências previstas no art. 23 da Lei Ordinária nº 7884/22.

A alternativa C está correta, por ser o que determina o art. 23, III da Lei Ordinária nº 7884/22, veja: "A Secretaria da Justiça tem por finalidade a promoção, manutenção, execução e acompanhamento da política de Governo relacionada com a cidadania, o sistema penitenciário e os serviços prisionais, competindo-lhe: (...) III - elaborar e executar serviços, programas e projetos de proteção especial às vítimas e testemunhas de crimes;"

A alternativa D está incorreta ao contrariar o rol acima elencado, não fazendo parte das hipóteses de competências previstas no art. 23 da Lei Ordinária nº 7884/22.

A alternativa E está incorreta, ao contrariar o rol acima elencado, não fazendo parte das hipóteses de competências previstas no art. 23 da Lei Ordinária nº 7884/22.

**QUESTÃO 94. A luz da Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí, assinale a opção correta.**

**a) O acompanhamento da tramitação de projetos de lei na Assembleia Legislativa é atribuição da PGE/PI.**

**b) A Diretoria de Assuntos Jurídicos integra a estrutura da Secretaria de Governo.**

**c) Os cargos de procurador-geral do estado e de chefe de gabinete do governador do estado têm natureza de secretário de estado.**

**d) A Comissão de Gestão Financeira e Gestão por Resultados, presidida pelo procurador-geral do estado, tem a atribuição de acompanhar a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Piauí.**

**e) O cargo de diretor de assuntos jurídicos é cargo de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração, podendo ser ocupado por quem não é servidor público.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da organização administrativa do estado do Piauí.

A alternativa A está incorreta, pois, nos termos da Lei nº 8.369/2024, que alterou a Lei Ordinária nº 7.884, tal função compete ao Gabinete do Governador, veja: "Art. 12-A. Compete ao Gabinete do Governador: I - acompanhar a tramitação de projetos de Lei na Assembleia Legislativa;"

A alternativa B está incorreta, pois, nos termos da Lei nº 8.369/2024, que alterou a Lei Ordinária nº 7.884, ela integra o Gabinete do Governador, veja: "Art. 12-A. Compete ao Gabinete do Governador: (...) Parágrafo único. A Diretoria de Assuntos Jurídicos será órgão integrante da estrutura do Gabinete do Governador, sendo o cargo de Diretor de Assuntos Jurídicos privativo de Procurador do Estado do Piauí em atividade".

A alternativa C está correta, por estar de acordo com a Lei Ordinária nº 7884/22, que determina: "Art. 8º São órgãos de assessoramento imediato ao Governador do Estado: (...) § 2º O cargo de Procurador-Geral do Estado tem natureza de Secretário de Estado, com idênticos direitos, deveres e prerrogativas." E o art. 9º "A Governadoria do Estado é composta por: I - Vice-Governadoria; II - Secretaria de Governo; III - Gabinete Militar."

A alternativa D está incorreta, pois o responsável por presidi-la é o Secretário da Fazenda, de acordo com a Lei Ordinária nº 7884/22, veja: "Art. 21. Compete à Secretaria da Fazenda: (...) § 1º A Comissão de Gestão Financeira e Gestão por Resultados é composta pelo Secretário da Fazenda, que a presidirá, Secretário de Governo, Secretário de Planejamento, Secretário de Administração e o Procurador-Geral do Estado, cabendo-lhe, além das competências estabelecidas em regulamento, o seguinte: (...) h) acompanhar a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Piauí, zelando pelo cumprimento das metas nele estabelecidas;".

A alternativa E está incorreta; vejamos o que determina o art. 14 da Lei Ordinária nº 7884/22 sobre o cargo de Diretor de Assuntos Jurídicos: "Compete à Secretaria de Governo: (...) Parágrafo único. A Diretoria de Assuntos Jurídicos será órgão integrante da estrutura da Secretaria de Governo, sendo o cargo de Diretor de Assuntos Jurídicos privativo de Procurador do Estado do Piauí em atividade."

**QUESTÃO 95. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 13/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das fundações públicas estaduais, é permitido que figure como beneficiário da pensão por morte de um servidor público estadual**

- a) sua mãe e seu pai, desde que comprovem dependência econômica do servidor falecido.**
- b) seu irmão, cujo direito prescinde da demonstração de dependência econômica do servidor falecido.**
- c) seu cônjuge, desde que não seja divorciado ou não esteja separado judicialmente.**
- d) seu companheiro em regime de união estável, desde que demonstrada a dependência econômica do servidor falecido.**
- e) seu filho menor de 21 anos, desde que comprove a sua condição de invalidez ou a existência de deficiência grave.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre os beneficiários da pensão por morte de um servidor público estadual.

A alternativa A está correta, por ser o que determina o art. 123, V da LC 13/94, veja: "São beneficiários das pensões: (...) V - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e (...)".

A alternativa B está incorreta, pois o irmão/irmã somente será beneficiário de pensão desde que comprove dependência econômica do servidor, nos termos da LC 13/94: veja: "Art. 123 - São beneficiários das pensões: (...) VI - O irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do servidor e atenda a um dos requisitos previstos no inciso IV." e o inciso IV determina: "IV - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos: a) seja menor de 21 (vinte e um) anos; b) seja inválido; c) tenha deficiência grave; ou d) tenha deficiência intelectual ou mental, nos termos do regulamento;".

A alternativa C está incorreta, pois, nos termos do artigo 123, I, da LC 13/94: "Art. 123 - São beneficiários das pensões: I - vitalícia: a) o cônjuge; b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com direito de perceber pensão alimentícia; c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar; d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e) (Revogado pela Lei Complementar nº 84, de 07/05/2007)".

A alternativa D está incorreta, pois nos termos do artigo 123, III, da LC 13/94, exige-se a comprovação somente da união estável, veja: "Art. 123 - São beneficiários das pensões: (...) III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;".

A alternativa E está incorreta, pois são condições distintas que não necessitam cumular, nos termos do artigo 123, IV, da LC 13/94, veja: "São beneficiários das pensões: IV - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos: a) seja menor de 21 (vinte e um) anos; b) seja inválido; c) tenha deficiência grave; ou d) tenha deficiência intelectual ou mental, nos termos do regulamento;".

**QUESTÃO 96. A respeito da contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da administração pública estadual direta, das autarquias e das fundações públicas, assinale a opção correta, de acordo com a Lei estadual nº 5.309/2003.**

**a) A rescisão de um contrato por prazo determinado por razões de conveniência administrativa não enseja direito à indenização em favor do contratado.**

**b) O recrutamento de pessoal por meio de contratação por tempo determinado, em regra, dispensa a realização de processo seletivo, bastando a análise do curriculum vitae dos candidatos.**

**c) Em razão da precariedade do vínculo e da natureza temporária do serviço, o contratado por prazo determinado não contribui para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS).**

**d) A contratação por tempo determinado deve ser autorizada pelo chefe do respectivo órgão contratante, dispensada a autorização do governador do estado.**

**e) Nas contratações temporárias de excepcional interesse público que visem atender a situações de calamidade pública, sempre será dado pelo Poder Executivo, no prazo de até 15 dias contados da assinatura dos contratos, ciência à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí por meio de relatório.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

A alternativa A está incorreta, pois, nos termos do art. 5º, § 1º da Lei estadual nº 5.309/2003, tal hipótese enseja indenização, veja: "O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito à indenização: (...) § 1º A extinção do contrato não confere direito à indenização, ressalvada a hipótese de rescisão por conveniência administrativa, quando será pago ao contratado o correspondente a trinta por cento do que lhe caberia no restante do contrato."

A alternativa B está incorreta, pois não há tal dispensa, nos termos da Lei estadual nº 5.309/2003, veja: "Art. 3º O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo simplificado, observados critérios e condições estabelecidos pela Secretaria de Administração, após apresentação de justificativas da necessidade do órgão ou entidade que pretende a contratação de pessoal, dentro de critérios encaminhados mediante proposta fundamentada, com ampla e prévia publicação através do Diário Oficial do Estado e dos meios de comunicação, prescindindo de concurso público."

A alternativa C está incorreta, pois, nos termos da Lei estadual nº 5.309/2003, o contratado contribuirá para o Regime Geral da Previdência Social, veja: "Art. 4º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados e servidores de suas subsidiárias e controladas. (...) § 3º O contratado durante a vigência do contrato, contribuirá para o Regime Geral da Previdência Social, na forma do art. 40, § 13, da Constituição Federal."

A alternativa D está incorreta, pois não há tal dispensa, nos termos da Lei estadual nº 5.309/2003, veja: "Art. 4º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados e servidores de suas subsidiárias e controladas § 2º A contratação prevista nesta Lei, no âmbito do Poder Executivo, apenas será realizada quando autorizada pelo Governador do Estado."

A alternativa E está correta, pois está em conformidade com a Lei nº 5.309/2003 tal previsão, veja: "Art. 3º O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo simplificado, observados critérios e condições estabelecidos pela Secretaria de Administração, após apresentação de justificativas da necessidade do órgão ou entidade que pretende a contratação de pessoal, dentro de critérios encaminhados mediante proposta fundamentada, com ampla e prévia publicação através do Diário Oficial do Estado e dos meios de comunicação, prescindindo de concurso público. (...) §4º Nos casos de contratação, previstos no art. 2º da presente Lei, sempre será dado pelo Executivo, no prazo de até quinze dias contados da assinatura dos contratos, ciência à Assembléia

Legislativa do Estado do Piauí através de relatório elaborado para este fim, das atividades a serem desenvolvidas, previsão das despesas, custos e gastos com pessoal, relação dos contratados e suas respectivas lotações, bem como a duração prevista das atividades."

**QUESTÃO 97. A respeito da organização administrativa da PGE/PI, de acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 56/2005, o Decreto Estadual n.º 19.980/2021 e a Resolução CSPGE n.º 1/2024, assinale a opção correta.**

**a) Os honorários advocatícios decorrentes da atuação da PGE/PI serão distribuídos igualmente entre os procuradores estaduais ativos e os inativos.**

**b) A atuação da Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos Administrativos no âmbito da PGE/PI (CEMAPI) resume-se a resolução de conflitos que envolvam órgãos e entidades da administração pública estadual.**

**c) O Conselho Superior da PGE/PI tem competência para editar súmulas de jurisprudência administrativa, as quais vincularão a atuação dos procuradores do estado.**

**d) É competência do procurador-geral do estado decidir sobre os cumprimentos dos requisitos relativos ao estágio probatório dos procuradores do estado.**

**e) Compete à Procuradoria Tributária elaborar e rever anteprojetos de leis, decretos e atos normativos de interesse da PGE/PI**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da organização administrativa da PGE/PI.

A alternativa A está incorreta, pois, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 56/2005, tais honorários serão distribuídos entre os Procuradores em atividade, veja: "Art. 49. Os Procuradores do Estado do Piauí serão remunerados pelo regime de subsídio, fixado em parcela única, nos termos de lei específica. (...) V - honorários, distribuídos entre os Procuradores do Estado em atividade, na forma dos art. 90-A e 90-B desta Lei;

A alternativa B está incorreta, pois a sua atuação, conforme determina a Resolução CSPGE n.º 1/2024, não se resume a resolução de conflitos que envolvam órgãos e entidades da administração pública estadual, veja: "Art. 66. A Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos Administrativos, órgão criado pela Lei Complementar n.º 254, de 14 de janeiro de 2021, tem por objetivo promover a resolução consensual de conflitos que envolvam o Estado do Piauí, suas autarquias e fundações públicas, a fim de evitar o crescimento do número de processos judiciais. (...)§ 2º Caberá a cada Procuradoria Especializada da Procuradoria Geral do Estado proceder à defesa do Estado do Piauí e de suas entidades vinculadas, quanto à matéria de sua competência, junto à Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos Administrativos ou em procedimentos ou processos administrativos perante qualquer outro órgão, câmara ou tribunal arbitral. § 3º Compete à Câmara, além de outras atividades afins: I.- dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública;"

A alternativa C está correta, por ser o que determina a Resolução CSPGE n.º 1/2024, veja: "Art. 95. O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado poderá, de ofício ou por provocação, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação, será observada pelos Procuradores, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista neste Regimento. § 1º A súmula da Procuradoria Geral do Estado aprovada pelo Governador e publicada no Diário Oficial do Estado tem caráter normativo e obriga a Administração Pública estadual. § 2º A súmula da Procuradoria Geral do Estado aprovada pelo Governador, mas não publicada no Diário Oficial, obriga apenas o órgão ou entidade que demandou a manifestação da Procuradoria, a partir do momento em que dele tenha conhecimento. § 3º A súmula da Procuradoria Geral do Estado publicada no Diário Oficial do Estado tem caráter obrigatório quanto a todos os órgãos jurídicos enumerados no art. 2º deste Regimento Interno."

A alternativa D está incorreta, pois, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 56/2005, tal competência é do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, veja: "Art. 10. Compete ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado: (...) X - decidir sobre os cumprimentos dos requisitos relativos ao estágio probatório dos Procuradores do Estado;"

A alternativa E está incorreta, pois, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 56/2005, tal competência é da Consultoria Jurídica, veja: "Art. 16. À Consultoria Jurídica, dirigida por um Procurador do Estado de Carreira, nomeado em comissão, compete especialmente: (...) V - elaborar e rever anteprojetos de leis, decretos e atos normativos de interesse da Procuradoria-Geral do Estado;"

**QUESTÃO 98. A respeito da extinção, por transação judicial, de créditos tributários objeto de execução fiscal movida pelo estado do Piauí, assinale a opção correta de acordo com a Lei Complementar estadual n.º 130/2009.**

**a) No caso de requerimento de transação judicial formulado por entidades da administração pública federal, é permitido ao estado do Piauí utilizar os recursos oriundos dessa transação para saldar as dívidas de suas empresas estatais com a entidade requerente.**

**b) Na transação judicial, admite-se a dispensa dos juros e das multas, até o limite de 20% do valor da execução atualizada, podendo a dispensa, inclusive, atingir o valor do imposto devido.**

**c) No âmbito da transação judicial, não se admite o reconhecimento, em juízo ou administrativamente, da extinção do crédito por prescrição intercorrente.**

**d) A transação da cobrança judicial veda a diferenciação do patamar de desconto pelo tipo de imposto cobrado, assim como pela forma de pagamento do débito, isto é, se parcelado ou à vista.**

**e) A subscrição do instrumento de transação judicial pelo procurador do estado é automática e independe do deferimento judicial do pedido de desistência de toda a ação ou execução já ajuizada pelo devedor em oposição à respectiva execução fiscal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da extinção, por transação judicial, de créditos tributários objeto de execução fiscal movida pelo estado do Piauí.

A alternativa A está correta, pois, nos termos do art. 2º-A da Lei Complementar estadual n.º 130/2009: "No caso dos requerimentos para aplicação desta Lei formulados por entidades da Administração Pública Federal, fica o Estado do Piauí autorizado a: I - utilizar os recursos oriundos destas transações para saldar as dívidas de suas empresas estatais com a entidade requerente, podendo inclusive proceder a compensação do montante apurado após a aplicação dos benefícios desta Lei, com os débitos que suas empresas estatais tenham para com a requerente;"

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei Complementar estadual n.º 130/2009, que veda que se atinja o valor do imposto devido, podendo a dispensa de juros e multas ir até o limite de 40%, veja: "Art. 2º Permite-se ao Procurador Geral do Estado, na forma do art. 1º, autorizar ao Procurador-Chefe da Procuradoria Tributária concordar com a dispensa, exclusivamente, de juros e multas, até o limite de 40% do valor da execução devidamente atualizada, não podendo em nenhuma hipótese atingir o valor do imposto devido e desde que atendidas as seguintes condições: (...)".

A alternativa C está incorreta, pois tal possibilidade é prevista na Lei supracitada, vejamos: "Art. 8º A Procuradoria Geral do Estado fica dispensada, a partir da data da publicação desta Lei Complementar, do ajuizamento de execução fiscais cujas certidões de dívida ativa, somadas, não atinjam 2.000 (dois mil) UFR-PI, nas hipóteses de débitos relativos a IPVA, ITCMD ou créditos não-tributários, e 5.000 (cinco mil) UFR-PI, nas hipóteses de débitos relativos a ICMS. (...) § 5º As hipóteses de extinção do crédito por prescrição intercorrente poderão ser reconhecidas, em juízo ou administrativamente, desde que por decisão fundamentada em tema fixado definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo."

A alternativa D está incorreta, pois é permitida a diferenciação do valor do desconto, veja: "Art. 2º Permite-se ao Procurador Geral do Estado, na forma do art. 1º, autorizar ao Procurador-Chefe da Procuradoria Tributária concordar com a dispensa, exclusivamente, de juros e multas, até o limite de 40% do valor da execução devidamente atualizada, não podendo em nenhuma hipótese atingir o valor do imposto devido e desde que atendidas as seguintes condições: (...) § 2º O instrumento de transação poderá contemplar pagamento do valor devido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com dispensa, exclusivamente, de juros e multas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total da execução devidamente atualizado, permanecendo a execução suspensa durante todo o período e enquanto se mantiver a pontualidade no recolhimento das parcelas, observado o disposto no caput e seus incisos e no § 1º deste artigo. § 4º A redução constante do § 2º também se aplica à hipótese de adjudicação e dação em pagamento de bens imóveis, hipótese em que deverá ser observado o disposto no art. 10, §§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005."

A alternativa E está incorreta, pois a subscrição do instrumento de transação judicial pelo procurador do estado não é automática e independente, nos termos da Lei supracitada, veja: "Art. 3º O instrumento de transação, subscrito livremente pelo devedor e assinado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, implica reconhecimento expresso, pelo primeiro, da liquidez, certeza, exigibilidade e legalidade da cobrança fiscal, bem como preclusão lógica do direito de se opor à execução fiscal por qualquer expediente. Art. 4º O atraso no pagamento do débito, ou de qualquer das parcelas, implicará a rescisão de pleno direito do instrumento de transação e a imediata continuidade da exigência fiscal em juízo pelos valores totais devidamente atualizados, abatido o montante recolhido pelo devedor. Art. 5º A subscrição do instrumento de transação pelo Procurador do Estado fica condicionada ao deferimento judicial do pedido de desistência de toda a ação ou execução já ajuizada pelo devedor em oposição à respectiva execução fiscal."

**QUESTÃO 99. Segundo a Política Estadual de Regularização Fundiária Urbana (Lei estadual n.º 8.153/2023), aquele que ocupar, de forma precária e para fins de moradia, um imóvel urbano de propriedade do estado do Piauí poderá obter a regularização de sua ocupação individual informal e adquirir diretamente o domínio do imóvel, desde que comprove, entre outros requisitos, que**

**a) a parcela ocupada do imóvel está precisamente identificada.**

**b) o imóvel está localizado em área de baixo risco ambiental.**

**c) a ocupação direta, mansa e pacífica do imóvel foi consolidada até dezembro de 2023.**

**d) o imóvel não é objeto de destinação temporária a terceiro.**

**e) o lote ocupado não contém edificação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da regularização de ocupação individual informal de imóvel no estado do Piauí.

A alternativa A está correta, pois este é um dos requisitos exigidos pela Lei estadual n.º 8.153/2023, veja: "Art. 3º Aquele que estiver ocupando, precariamente ou como mero possuidor, imóvel urbano de propriedade do estado do Piauí, de suas fundações ou autarquias, para fins de moradia, exercício de atividade econômica ou sem fins lucrativos, poderá adquirir-lhe o domínio diretamente, desde que atendidos seguintes requisitos: (...) II - a parcela ocupada esteja precisamente identificada;"

A alternativa B está incorreta, pois a Lei estadual n.º 8.153/2023 prevê como requisito que o imóvel não esteja, em absoluto, em área de risco ambiental, veja: "Art. 3º Aquele que estiver ocupando, precariamente ou como mero possuidor, imóvel urbano de propriedade do estado do Piauí, de suas fundações ou autarquias, para fins de moradia, exercício de atividade econômica ou sem fins lucrativos, poderá adquirir-lhe o domínio diretamente, desde que atendidos seguintes requisitos: (...) III - o imóvel não esteja localizado em área de risco ambiental;"

A alternativa C está incorreta, pois a Lei estadual n.º 8.153/2023 prevê, como requisito, que a ocupação seja direta, mansa e pacífica, consolidada até 31 de dezembro de 2022, veja: "Art. 3º Aquele que estiver ocupando, precariamente ou como mero possuidor, imóvel urbano de propriedade do estado do Piauí, de suas fundações ou autarquias, para fins de moradia, exercício de atividade econômica ou sem fins lucrativos, poderá adquirir-lhe o domínio diretamente, desde que atendidos seguintes requisitos: I - a ocupação seja direta, mansa e pacífica, consolidada até 31 de dezembro de 2022;"

A alternativa D está incorreta, pois tal hipótese não invalida a regularização, veja: "Art. 3º Aquele que estiver ocupando, precariamente ou como mero possuidor, imóvel urbano de propriedade do estado do Piauí, de suas fundações ou autarquias, para fins de moradia, exercício de atividade econômica ou sem fins lucrativos, poderá adquirir-lhe o domínio diretamente, desde que atendidos seguintes requisitos: (...) § 1º Salvo prova em contrário, a destinação temporária do imóvel edificado a terceiro não descaracteriza a qualidade de ocupante direto."

A alternativa E está incorreta, pois a edificação é um de seus requisitos, nos termos da Lei estadual n.º 8.153/2023, veja: "Art. 3º Aquele que estiver ocupando, precariamente ou como mero possuidor, imóvel urbano de propriedade do estado do Piauí, de suas fundações ou autarquias, para fins de moradia, exercício de atividade econômica ou sem fins lucrativos, poderá adquirir-lhe o domínio diretamente, desde que atendidos seguintes requisitos: (...) IV - o lote esteja edificado."

**QUESTÃO 100. Em relação às regras aplicáveis às pensões por morte no âmbito do regime próprio de previdência social (RPPS) do estado do Piauí, assinale a opção correta, de acordo com a Emenda Constitucional nº 54/2019.**

**a) A avaliação biopsicossocial do dependente com deficiência intelectual ou mental deve ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e será feita obrigatoriamente após o óbito do segurado, devendo ser observada a revisão periódica na forma da legislação.**

**b) As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade, mas serão reversíveis aos demais dependentes, preservando-se o valor de 100% da pensão por morte quando o número de dependentes for igual ou superior ao três.**

**c) Os dependentes dos policiais civis têm direito ao recebimento do benefício da pensão por morte decorrente de agressão sofrida por esses servidores no exercício de suas atribuições ou em razão de sua função, e, para o cônjuge ou companheiro, a pensão é vitalícia e deve ser paga em valor equivalente à remuneração do cargo do servidor.**

**d) A pensão por morte concedida a dependente inválido ou como deficiência intelectual ou mental grave será equivalente a uma cota familiar de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100%.**

**e) Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, independentemente de comprovação da dependência econômica deste em relação ao servidor.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A condição de deficiência deve existir no momento do óbito do segurado, e a avaliação pode ser realizada antes ou depois, desde que ateste a condição preexistente e nos termos da regulamentação.

A alternativa B está incorreta. Essas cotas não são mais reversíveis aos demais dependentes, na maioria dos casos, sob a nova legislação.

A alternativa C está correta. Nos termos do Art. 52 do ADCT da Constituição do Estado do Piauí, acrescido pelo art. 2º da EC n. 54/2019, estabelece essa exceção para policiais civis. Ele determina que,

em caso de morte decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função, a pensão por morte para o cônjuge ou companheiro será vitalícia e terá o valor correspondente à totalidade da remuneração do cargo em que se deu o falecimento ou à totalidade da remuneração do cargo em que se aposentaria, independentemente do tempo de contribuição ou idade.

A alternativa D está incorreta. A regra para o cálculo da pensão por morte para dependentes com deficiência ou inválidos, embora mais favorável que a regra geral (Art. 22, § 2º, I, do ADCT da Constituição do Estado do Piauí)

A alternativa E está incorreta. O enteado, para ser equiparado a filho, exige a comprovação da dependência econômica. A legislação previdenciária (inclusive a estadual, que geralmente segue a federal nesse ponto) e a jurisprudência são claras: a equiparação de enteado e menor tutelado a filho para fins previdenciários não é automática e exige a demonstração da dependência econômica em relação ao segurado falecido. A saber: “EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO CONJUNTO DAS ADIs 4.878 E 5.083. DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. ART. 16, § 2º, DA LEI N.º 8.213/1991. REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI N.º 9.528/1997. MENOR SOB GUARDA. PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL. PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA. ART. 227, CRFB. INTERPRETAÇÃO CONFORME PARA RECONHECER O MENOR SOB GUARDA DEPENDENTE PARA FINS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, DESDE QUE COMPROVADA A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. ALEGADOS VÍCIOS QUANTO À SUPERVENIÊNCIA DA EC Nº 103/2019. ART. 23, § 6º. NECESSIDADE DE ADITAMENTO DA INICIAL E DE IMPUGNAÇÃO DE TODO COMPLEXO NORMATIVO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS. IMPACTO FINANCEIRO. PRETENSÃO DE MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Os pedidos formulados nas ADIs 4.878 e 5.083 não contemplaram a redação do art. 23 da EC nº 103/2019, razão pela qual não se procedeu à verificação da constitucionalidade do mencionado dispositivo, em homenagem ao princípio da demanda. 2. A ausência de aditamento da inicial e de impugnação da totalidade do complexo normativo, em sede de controle normativo abstrato, somente configura vício processual e enseja o não conhecimento da ação se houver revogação ou alteração substancial de seu objeto. Na hipótese, o mencionado art. 23, § 6º, da EC nº 103/2019, repetiu a redação conferida ao art. 16 da Lei nº 8.213/1991, conforme afirmado no julgamento do acórdão embargado. 3. A modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/1998, somente se justifica quando presentes razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social, que não se verificaram nos presentes embargos. 4. Os embargos de declaração não constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente quando houver no acórdão omissão, contradição, obscuridade, ou erro material, o que não ocorre no presente caso. 5. Embargos de declaração rejeitados. (ADI 4878 ED, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 18-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022)”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)